



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares – Especialidade de
Infantaria**

Trabalho de Investigação Aplicada

**A adequação da Brigada de Reacção Rápida às Operações de
Resposta a Crises da Organização do Tratado do Atlântico Norte**

AUTOR: Aspirante Aluno Mauro André da Fonseca Ferreira
ORIENTADOR: Tenente-Coronel Jorge Manuel Dias Sequeira

Lisboa, Agosto de 2011



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares – Especialidade de
Infantaria**

Trabalho de Investigação Aplicada

**A adequação da Brigada de Reacção Rápida às Operações de
Resposta a Crises da Organização do Tratado do Atlântico Norte**

AUTOR: Aspirante Aluno Mauro André da Fonseca Ferreira
ORIENTADOR: Tenente-Coronel Jorge Manuel Dias Sequeira

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que contribuíram para a sua elaboração e que abdicaram do seu tempo em prol do mesmo.

Uma dedicatória especial aos meus pais, que ao longo da Academia Militar abdicaram de muitos prazeres pessoais para poderem satisfazer e suportar todas as necessidades e especificidades que a vida militar tem, em especial a de um Aluno da Academia Militar. Dedico ainda este trabalho a todo o Curso Capitão André Furtado de Mendonça, em especial ao Curso de Infantaria, que com a sua especial camaradagem, permitiu um espírito saudável e uma inabalável amizade.

AGRADECIMENTOS

Cumpre aqui prestar um enorme agradecimento às muitas pessoas que colaboraram para a concretização deste trabalho. Entre camaradas, amigos e todos aqueles que se interessaram e me aconselharam, no sentido de obter uma melhor prestação na realização do Trabalho de Investigação Aplicada.

Em primeiro lugar, devo agradecer ao meu Orientador, Tenente-Coronel de Infantaria Jorge Manuel Dias Sequeira, pela inabalável determinação e preocupação que demonstrou ao logo da realização do trabalho. Não poderia terminar sem referir que a sua disponibilidade foi total e que a sua participação foi determinante para a conclusão do trabalho. Portanto, reafirmo um claro agradecimento pela sua participação.

Permitam-me que agradeça de uma forma especial ao Coronel de Infantaria Pára-quedista Frederico Almendra e ao nosso Tenente-coronel de Infantaria Pára-quedista Serra Pedro, que me facultaram documentos e testemunhos importantes, para uma compreensão mais clara e detalhada das missões em que Portugal está envolvido. Agradeço a colaboração do Tenente de Infantaria Pára-quedista Nelson Inácio, do Tenente de Infantaria Comando Artur Fonseca e do Sargento-chefe Manuel Cruz, que em muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Para terminar, resta-me agradecer ao Curso de Infantaria, por todos os obstáculos que ultrapassa-mos e por nunca deixarem apagar a chama da Infantaria Portuguesa.

A todos eles, um especial Obrigado!

RESUMO

Este trabalho de Investigação Aplicada analisa a adequação da Brigada de Reacção Rápida às Operações de Resposta a Crises da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Este trabalho é importante para perceber as capacidades da Brigada de Reacção Rápida, pois ela tem unidades empenhadas em vários Teatros de Operações. A verificação das suas reais capacidades é importante para perceber, em que medida ela está apta a realizar Operações de Resposta a Crises. Com a realização deste trabalho, percebemos que a Brigada de Reacção Rápida está apta a realizar este tipo de operações.

Adoptou-se uma metodologia dedutiva, através do uso de fontes bibliográficas nacionais e internacionais. A metodologia indutiva foi aplicada na análise das entrevistas semi-directivas realizadas.

Palavras-Chave: Operações de Resposta a Crises; Organização do Tratado do Atlântico Norte; Brigada de Reacção Rápida.

ABSTRACT

This research analyses the adequacy of the Quick Reaction Brigade to Crisis Response Operations on North Atlantic Treaty Organization.

This work is important to understand the capabilities of the Quick Reaction Brigade, because it has units engaged in various Operations Theaters. The verification of their real capabilities is important to realize if it is able to perform the Crisis Response Operations. With this work, we realized that the Quick Reaction Brigade is able to perform such kind of operations.

We adopt a deductive approach, through the use of national and international bibliographic sources. The inductive methodology was applied in the analysis of semi-directive interviews that we perform.

Key Words: Crisis Response Operations; North Atlantic Treaty Organization; Quick Reaction Brigade.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
LISTA DE APÊNDICES.....	viii
LISTA DE ANEXOS	ix
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO	1
1. OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE	4
1.1 Princípios das Operações de Resposta a Crises.....	8
1.2 Condições Operacionais.....	12
2. ORGANIZAÇÃO DA BRIGADA DE REACÇÃO RÁPIDA	16
2.1. Batalhão de Comandos	17
2.2 Batalhão de Apoio e Aeroterrestre.....	20
2.3 Batalhão de Infantaria Pára-Quedista.....	24
2.5 Força de Operações Especiais.....	27
3. CAPACIDADES DA BRIGADA DE REACÇÃO RÁPIDA.....	31
3.1 Avaliação da OTAN	31
3.2 Percepção dos Comandantes em Forças Nacionais Destacadas ...	36
CONCLUSÕES	38
BIBLIOGRAFIA	40
APÊNDICES.....	I
ANEXOS	XXII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Adaptabilidade Operacional.....	13
Figura 2 – Orgânica da Brigada de Reacção Rápida.....	16
Figura 3 – Orgânica do Batalhão de Comandos.....	17
Figura 4 – Orgânica do Batalhão de Apoio Aeroterrestre.....	21
Figura 5 – Orgânica do Batalhão de Infantaria Pára-quedista.....	24
Figura 6 – Orgânica da Força de Operações Especiais.....	27

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Exemplo de Roe Card.....	I
Apêndice B - Guião de Entrevistas.....	II
Apêndice C - Entrevista Coronel Almendra.....	V
Apêndice D - Entrevista Tenente-Coronel Serra Pedro.....	IX
Apêndice E - Entrevista Tenente Inácio.....	XIII
Apêndice F - Entrevista Tenente Fonseca.....	XVI
Apêndice G - Entrevista Sargento-chefe Cruz.....	XIX

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Mapa dos Balcãs e Afeganistão.....	XXII
Anexo B – Regras de Empenhamento.....	XXIII
Anexo C – Acordos de Bona.....	XXVI
Anexo D – Galil 5.56mm.....	XXXII
Anexo E – HMMWV E PANHARD.....	XXXIV
Anexo F – Imagem de Viatura de Transportes Gerais.....	XXXV
Anexo G – Equipa Sniper.....	XXXVI
Anexo H – Rádio Thompson.....	XXXVII
Anexo I – Orgânica do RC-C.....	XXXVIII

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACar	Anti - Carro
BAAT	Batalhão de Apoio Aeroterrestre
BG	BattleGroup
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
CAS	Close Air Support
CAt	Companhia de Atiradores
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CIMIC	Cooperação Civil Militar
COIR	Curso de Operações Irregulares
CRO	Crisis Response Operations
CSAR	Combat Search and Rescue
DAE	Destacamento de Acções Especiais
EU	European Union
FM	Field Manual
FND	Força Nacional Destacada
FOEsp	Força de Operações Especiais
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FP	Force Protection
GOE	Grupo de Operações Especiais
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
ISAF	International Security Assistance Force
JFC	Joint Functional Center
NA5CRO	Non Article 5 Crises Response Operations
NBQ	Nuclear Biológico e Químico
NEO	Non-combatant Evacuation Operation
OE	Operações Especiais
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
POE	Ponto de Embarque
PSO	Peace Support Operations
QRF	Quick Reaction Force

RC	Regulamento de Campanha
RC-C	Command Regional Capital
ROE	Rules of Engagement
SAR	Search and Rescue
SGDN	Secretariado Geral da Defesa Nacional
TACON	Controlo Tático
TACP	Tactical Air Control Party
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
TPOI	Tirocínio para Oficial de Infantaria
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UAV	Unmanned Aerial Vehicle
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Investigação Aplicada (TIA), enquadra-se no estágio profissional do Tirocínio para Oficiais dos Quadros Permanentes do Exército Português e subordina-se ao tema «Adequação da Brigada de Reacção Rápida às Operações de Resposta a Crises da Organização de Tratado do Atlântico Norte».

Com este trabalho pretendemos comparar as necessidades da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para cumprimento de Operações de Resposta a Crises (CRO), com os meios existentes¹ na Brigada de Reacção Rápida (BrigRR).

A BrigRR foi escolhida para este trabalho, por ter realizado e estar a realizar missões no seio da International Security Assistance Force (ISAF) no Afeganistão². A resolução do conflito e a estabilização do Afeganistão é neste momento uma das prioridades da OTAN, uma vez que o seu Secretário-Geral Anders Fogh Rasmussen, durante a conferência de Lisboa, em Novembro de 2010, *“mas que não haja dúvidas nenhuma sobre o nosso compromisso contínuo. A luta contra o terrorismo no Afeganistão é de importância estratégica e global”*³ (Rasmussen, 2010). Portugal, como país membro fundador da OTAN procura adequar as suas Forças Armadas às exigências desta organização internacional.

Actualmente os conflitos tendem a tornar-se mais assimétricos e portanto vêm colocar novas dificuldades às Forças Armadas. *“O conflito entre estados no século XX está a ser substituído por guerras híbridas⁴ e contextos assimétricos⁵, nos quais, não existe uma clara distinção entre soldados e civis, nem entre violência organizada, o terror, o crime e a guerra”*⁶ (Hoffman, 2010, p. 6). O novo conceito Estratégico da OTAN vem dar novas orientações aos membros da aliança, para tornar a sua estrutura mais eficiente. Em algumas situações os países já tinham adaptado as estruturas de acordo com as orientações que a aliança vinha emanando e com a experiência adquirida nos diversos Teatros de Operações (TO).

A finalidade deste trabalho é verificar se a BrigRR está apta a desenvolver Operações de Resposta a Crises e se cumpre os compromissos assumidos por Portugal no seio da OTAN. Para isso, temos de conhecer as capacidades e possibilidades de emprego desta Brigada.

¹ Meios existentes em Julho de 2011.

² Mapa do Afeganistão no Anexo A.

³ Tradução própria de: *“But let there be no doubt of our continuing commitment. Afghanistan’s fight against terrorism is of strategic, global importance”* (Rasmussen, 2010).

⁴ Guerras híbridas são «operações que têm um espectro muito amplo, de desenvolvimento diplomático e económico. Necessitando de melhorar infra-estruturas de apoio a operações de combate convencional e de combate ao terrorismo.» Tradução própria de: *“operations ranging across a very wide spectrum from diplomatic and economic development and infrastructure improvements to more traditional war operations such as countering direct terrorist threats and combat operations”* (Bond, 2007).

⁵ Os Conflitos Assimétricos são a confrontação entre o fraco e o mais forte. As situações em que um dos contendores possui um poder de combate significativamente superior ao seu oponente (Pinheiro, 2007).

⁶ Tradução própria de: *“El conflicto entre estados del siglo XX está siendo sustituido por guerras híbridas y contextos asimétricos en los cuales no hay una clara distinción entre soldado y civiles ni entre la violencia organizada, el terror, el crimen y la guerra”* (Hoffman, 2010, p. 6).

Para uma abordagem abrangente do tema é necessário analisar a forma de actuação das subunidades da Brigada, ou seja, os Batalhões e as Companhias. Iremos analisar o equipamento utilizado e o seu efectivo, assim como, as suas capacidades e possibilidades.

Para realizar este trabalho analisámos os quadros orgânicos da BrigRR e definimos quais são as subunidades que têm mais interesse para o nosso tema. Consideramos as unidades de Comandos, Operações Especiais e Pára-quedistas por serem aquelas que têm sido mais utilizadas em teatros de operações (TO) difíceis⁷, como por exemplo, o Afeganistão.

Para realizar esta análise adoptamos uma metodologia que permita verificar a real operacionalidade das nossas forças. Para tal, este trabalho é suportado num estudo bibliográfico dos documentos oficiais e na execução de entrevistas aos Comandantes de unidades, assim como, a Oficiais que tenham desempenhado funções no Afeganistão.

Para atingirmos o nosso objectivo elaboramos a questão central seguinte: **a BrigRR está apta a desempenhar missões OTAN no âmbito das Operações de Resposta a Crises?** Para conseguirmos responder a esta pergunta elaboramos as questões derivadas; estas visam dar orientações que permitam obter respostas, e possibilitem cumprir o objectivo do trabalho. Para tal foram elaboradas as questões derivadas seguintes:

- o nível de prontidão da BrigRR está dentro dos parâmetros exigidos pela OTAN?
- pode esta unidade ser empregue de forma autónoma?
- é possível empregar as suas unidades de manobra independentemente e em simultâneo?
- os quadros orgânicos estão de acordo com o nível operacional pretendido?
- os equipamentos usados pela BrigRR são os mais apropriados para realizar a tipologia de missões OTAN? Em que medida a existência desses equipamentos é crucial à execução da missão?
- o recrutamento realizado pelas Forças Armadas é capaz de preencher os quadros orgânicos desta unidade?
- é necessário rever os quadros orgânicos de material, pessoal e equipamento da BrigRR?

A obtenção de respostas para estas perguntas permitemos responder à questão central. As hipóteses estabelecidas são as seguintes:

- a BrigRR encontra-se operacional e pronta a desempenhar as Operações de Resposta a Crises no âmbito OTAN;
- a BrigRR pode ser projectada para qualquer Teatro de Operações de forma autónoma;

⁷ Em situações de Imposição de Paz ou na entrada inicial no TO em que a situação não está completamente clarificada.

- a BrigRR pode projectar uma subunidade de escalão Batalhão por um período de tempo não superior a 1 ano;
- os quadros orgânicos da BrigRR estão correctos, em termos do efectivo necessário para a realização de Operações de Resposta a Crise no âmbito OTAN.
- o equipamento e armamento que esta BrigRR possui é compatível com as restantes forças da OTAN.

Para responder ao problema levantado o trabalho foi organizado em três Capítulos nos quais se estudaram as Operações de Resposta a Crises (Capítulo I), onde estudamos os princípios das Operações de Resposta a Crises e as Condições Operacionais, que são importantes para uma operação multinacional. No Capítulo II analisamos a Organização da Brigada de Reacção Rápida, para possibilitar um estudo mais aprofundado dos Quadros Orgânicos da Brigada. No terceiro Capítulo verificamos, através de entrevistas semi-dirigidas, a percepção dos Comandantes em Forças Nacionais Destacadas, para tentar compreender melhor o desempenho em operações, realizadas nos Teatros de Operações, do Afeganistão e do Kosovo. Para terminar procuramos dar resposta ao nosso problema, baseamo-nos na verificação das hipóteses, sendo o resultado apresentado nas conclusões.

Ao longo deste trabalho foram verificadas diversas limitações e constrangimentos, sendo um deles, a não inclusão nos cursos da Academia Militar de uma Unidade Curricular destinada exclusivamente à análise do método científico. Esta lacuna verifica-se na dificuldade em implementar uma metodologia, assim como, no desenvolvimento da mesma.

A necessidade de realizar entrevistas em Unidades Operacionais foi também um factor limitador, pois a disponibilidade dos entrevistados, dado o seu empenhamento, não foi possível. O encargo Operacional, neste tipo de Unidades, é geralmente elevado, impedindo a realização das entrevistas e dificultando a concretização de todas as entrevistas inicialmente idealizadas.

Eventuais novos Trabalhos de Investigação Aplicada sobre a Brigada de Reacção Rápida, deverão conter mais trabalho de campo, como por exemplo, acompanhar o aprontamento de uma Força Nacional Destacada, permitindo, assim, realizar uma análise completa sobre a formação e preparação da Força.

1. OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE

A OTAN criada em 4 de Abril de 1949, teve como principal adversário o Pacto de Varsóvia, que eram as duas principais organizações de segurança do mundo. Com o fim da Guerra-fria, a OTAN ficou sem adversário e, por isso, na conferência de Washington foram definidas novas missões⁸, sendo posteriormente adequadas à realidade do momento (Amado, 2010).

A OTAN teve necessidade de se adaptar às novas realidades, pois a crise nos Balcãs gerou um grande problema no seio da Aliança. Esta sentiu necessidade de dar mais flexibilidade às suas forças, pois tornou-se evidente que o conceito de Defesa Colectiva contido no Artº 5 do Tratado do Atlântico Norte, não era suficiente para responder a todos os factores geradores de conflitos no espaço de influência dos países da Aliança. Esta mudança gerou uma nova perspectiva, que tinha como linhas principais a contribuição para a estabilização de crises e a sua prevenção. As Operações de Resposta a Crises (CRO) foram orientadas para vários espectros, não só militar, como político e humanitário (Leitão, Freitas e Costa, 2009).

Podemos definir as missões Artº 5 como missões “*que um ataque perpetrado por um inimigo externo à Aliança contra um ou mais dos países membros constitua um ataque contra todos eles, que traduz o conceito de Defesa colectiva. Os países membro apoiarão o país ou países atacados, tomando as acções necessárias, incluindo o uso da força armada, para restaurar e manter a segurança n área da Aliança*” (IAEM 2006, p.1). Assim sendo, o papel de qualquer país membro é procurar a estabilização e segurança da sua área territorial e das dos restantes membros.

As missões Não-Artº 5 são missões que não se enquadram no Artº 5, e têm, no entanto, uma diferença muito significativa pois nestas “*não existe uma obrigação formal das nações pertencentes à NATO de participarem em CRO*” (IAEM, 2006, p.1). Estas missões podem englobar todo o tipo de organizações, mesmo civis, como é o caso da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. A inclusão destas Organizações proporciona auxílio às populações e aumenta o clima de confiança nas forças presentes no TO`s (OTAN, 2005)⁹.

No âmbito das Operações de Resposta a Crises¹⁰ existem as seguintes tipologias de operações: Operações de Apoio à Paz (PSO) e Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (AJP 3.4, 2005, p.7).

⁸ Novo Conceito Estratégico OTAN, em 1999.

⁹ Declaração para a paz e cooperação, Declaração de Roma, 1991

¹⁰ Com a Conferência de Praga em 2002 criaram-se as *NATO Response Forces (NRF)*, que estavam direccionadas para missões de combate de elevada intensidade em qualquer ponto do planeta. Em 2002 criaram-se as CRO, as Operações de Contra-terrorismo, as Operações de Apoio e Gestão de Crises Humanitárias, entre outras (Carriço, 2010).

As **PSO** são operações multifuncionais conduzidas imparcialmente, normalmente em apoio de uma organização internacionalmente reconhecida, como a ONU ou a OSCE, envolvendo forças militares, e/ou agências diplomáticas e humanitárias. São desenhadas para se atingir um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas (AM, 2010).

As PSO subdividem-se nas operações seguintes: Operações de Manutenção de Paz (*Peacekeeping*), de Imposição de Paz (*Peace Enforcement*), de Prevenção de Conflitos¹¹ (*Conflict Prevention*), de Restabelecimento de Paz¹² (*Peacemaking*), de Consolidação da Paz¹³ (*Peace Building*), e Operações Humanitárias¹⁴ (AJP-3.4, 2005, p.7).

No trabalho salientamos as Operações de Manutenção de Paz e as Operações de Imposição da Paz, pois tem sido as missões em que Portugal tem participado.

As **Operações de Manutenção de Paz** estão, geralmente, sob a alçada do Capítulo VI da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e são conduzidas com o consentimento de todas as partes do conflito, facilitando assim, a implementação dos acordos de paz. Estas operações incluem missões como controlo de armamento, forças de interposição e observadores (AJP-3.4, 2005, p.8).

As **Operações de Imposição de Paz** normalmente tomam parte nos princípios do Capítulo VII da Carta da ONU. São operações de natureza coerciva e são conduzidas quando o consentimento entre as partes intervenientes no conflito não está garantido. As forças projectadas para esses TO's conduzem missões manutenção, imposição ou separação de forças beligerantes, sendo que, a distinção entre operações estritamente militares e operações de apoio às autoridades locais é muito difícil. É necessário adequar as forças para utilizarem meios de combate para estabilizar determinadas áreas com focos de conflito e meios de apoio às populações para as zonas de menos resistência (AJP-3.4, 2005, p.8).

¹¹ As **Operações de Prevenção de Conflitos** consistem em deslocar para o TO forças de interposição, para impedir que disputas (territoriais ou não) evoluam em Guerras Quentes. Estas operações são maioritariamente políticas, gerando esforços diplomáticos para impedir a escalada do conflito (AJP-3.4(A), 2010, cap3. p.1-2).

¹² As **Operações de Restabelecimento da Paz** abrangem todas as acções diplomáticas realizadas após o início de um conflito e visam estabelecer uma Cessar-fogo ou uma solução rápida para o conflito. Estas operações podem ainda incluir acções de mediação, distribuição de géneros e acções de pressão política – económica – militar, como a imposição de embargos (AJP-3.4(A), 2010, p.2).

¹³ As **Operações de Consolidação da Paz** estão interligadas com as acções realizadas para criar condições políticas e económicas para o desenvolvimento do Estado. Podemos assim dizer, que visa a estruturação e a credibilização das instituições políticas, económicas e de segurança. Das várias missões que uma força pode desenvolver nestas operações, destaca-se a reconstrução de infra-estruturas e o treino das forças de defesa e segurança (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p.2).

¹⁴ As **Operações Humanitárias** são realizadas para reduzir o sofrimento das populações durante e após o conflito. Estas operações podem ter diversos graus de empenhamento, que podem ir do simples apoio logístico à criação de unidades que realizem a distribuição de géneros. Normalmente estas operações são realizadas em conjunto com organizações não governamentais, como a cruz vermelha. (AJP-3.4, 2010, cap.3, p.2).

As Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises são o Apoio às Operações Humanitárias, à Assistência a Desastres, as operações de Busca e Salvamento (*Search and Rescue* - SAR), as Operações de Resgate de Não-Combatentes (*Non-combatant Evacuation Operation* – NEO), *Operações de Extracção*¹⁵, *Apoio às autoridades civis*¹⁶ e a *Imposição de Embargos e Sanções*. (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 10).

No trabalho salientamos algumas como, as Operações Humanitárias, Assistência a desastres, operações de Busca e Salvamento, Imposição de embargos e as NEO, pois têm sido as missões que Portugal tem realizado.

As **Operações Humanitárias** consistem em actividades que reduzam o sofrimento humano. A Assistência Humanitária pode ocorrer em resposta a sismos, cheias, fome ou catástrofes de origem humana, como contaminação radioactiva, ou doenças pandémicas. Estas Operações também podem ocorrer durante conflitos armados (Guerras Quentes), nomeadamente nos campos de refugiados. As perseguições políticas, religiosas ou étnicas podem provocar um grande êxodo populacional e levar a crises entre países, levando a uma intervenção de assistência a essas populações (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 10).

Em muitos casos, o principal apoio dos militares nos cenários de Assistência Humanitária prende-se com o apoio nas tarefas de distribuição de alimentos e com o isolamento da zona de assistência (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 10).

A **Assistência a desastres** está associada a operações de socorro, no sentido estrito da prestação de ajuda. Estas operações podem ser desencadeadas através de um pedido de ajuda formal do governo anfitrião, através de um pedido da ONU ou por ingerência. Normalmente o governo anfitrião pede o auxílio da OTAN, quando não tem meios para fazer frente de forma eficaz a uma determinada catástrofe, mas o pedido de ajuda pode ser iniciado pela OTAN. Estas operações, normalmente, são realizadas em

¹⁵ As **Operações de Extracção** podem ser descritas como missões onde uma força OTAN auxilia a retirada de uma unidade de uma região em crise. Uma força empenhada em uma operação de extracção deve ter capacidades semelhantes às necessárias nas NEO's e deve incluir meios necessários para transportar o pessoal extraído até uma base aliada, em terra ou no mar. Estas operações poderão ocorrer em ambientes hostis ou parcialmente hostis (por exemplo, zonas de exclusão aérea ou desmilitarizadas). Normalmente estas operações significam a perda de consentimento da ou a perda do controlo do território pela OTAN, mas em situações especiais estas operações podem ser utilizadas para reforçar missões internacionais no âmbito da ONU (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p15).

¹⁶ As Operações de **Apoio às Autoridades Civis** incluem o apoio militar às autoridades na aplicação da lei civil, assistência militar para controlo de tumultos e ainda na recuperação económica do país. A implementação de um plano de reestruturação das autoridades civis, de segurança e militares depende do clima de estabilidade do TO e portanto, estas operações são normalmente realizadas após um período de crises. Em muitas situações, estas operações são desencadeadas após uma operação de Imposição de paz realizada pela OTAN, por exemplo o Afeganistão (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p9). O suporte para reorganizar as instituições governamentais passa por organizar eleições democráticas, formar a polícia local e reconstruir as Forças Armadas. Em alguns casos é necessário criar uma administração pública e os serviços públicos para gerar estabilidade na população e proporcionar condições para impedir a corrupção que descredibiliza a operação (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p9).

conjunto com organizações não governamentais (ONG`s), como a Cruz Vermelha ou os Médicos do Mundo (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 11).

As forças militares devem estar prontas para intervir nestes TO`s rapidamente, pois a velocidade de execução é crucial para salvar vidas. A necessidade de velocidade na intervenção pode levar ao desvio de unidades em exercícios por ordem do Comando OTAN ou ser executado de forma unilateral pelas nações (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 11).

Estas missões incluem a ajuda imediata que se enquadra no alívio imediato do sofrimento das vítimas do desastre. A distribuição de mantimentos fica a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU) e das ONG`s, devido á Carta dos Direitos Humanos e á sua experiência nestas situações. No entanto, pode ser delegada esta tarefa nas forças OTAN através de uma resolução da ONU nesse sentido (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 11).

As forças OTAN ficam assim, mais orientadas para a manutenção da vida humana e para a minimização dos efeitos do desastre nas instalações, dando prioridade a instalações de saúde e de fornecimento de água. Outras tarefas que ficam a cargo das forças OTAN são a reconstrução/reorganização do comando e controlo, logística e comunicações, assim como o planeamento necessário para a execução de novas intervenções (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 12).

As operações de **Busca e Salvamento** podem ser realizadas em prol de uma operação da OTAN, incluídas nas missões Não Artigo 5 das Operações de Resposta a Crises (NA5CRO), mas normalmente não constituem esse tipo de missões. A OTAN pode também apoiar os esforços nacionais de SAR de uma nação não pertencente à Aliança, mas o fornecimento de instalações são uma responsabilidade da nação hospedeira. Em tempos de conflito, a organização das operações SAR são sempre planeadas e organizadas pelo comando OTAN, assim como as instalações utilizadas pelas forças que participarão na operação. A utilização de meios locais fica a cargo do Comando OTAN e não do Comandante Operacional (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 14).

A **Busca e Salvamento em Combate** (*Combat Search and Rescue – CSAR*) é uma operação coordenada com procedimentos pré-estabelecidos para a detecção, localização, identificação e resgate de tripulantes abatidos em território hostil. A execução destas operações no âmbito das NA5CRO necessita de autorização do Comando OTAN, que fornece um Comando Funcional Conjunto (*Joint Functional Command - JFC*) com os meios necessários para preservar a força, negando o uso do pessoal capturado como fontes de informação e propaganda (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 14).

As **Operações de Resgate de Não-Combatentes** são normalmente desempenhadas pelas nações OTAN de forma individual, através de iniciativas diplomáticas paralelas aos esforços realizados pela OTAN. Estas operações podem ser descritas como resgate de cidadãos nacionais de um local crítico para uma nova localização segura (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 14).

As NEO's podem ser executadas na base de acordos bilaterais ou multi-laterais, utilizando a doutrina OTAN. Geralmente, uma força que execute uma operação deste tipo tem de proporcionar a recepção, segurança e controlo de movimentos dos cidadãos resgatados, assim como toda a assistência médica necessária, até estes chegarem ao país de origem (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 14).

Em termos gerais, a aplicação de **Sanções e Embargos** são operações de restrição de movimentos. Estas operações são projectadas para forçar uma nação a obedecer às leis internacionais ou para obedecer a uma resolução ou mandato internacional. As sanções, em geral, dizem respeito à negação de suprimentos, privilégios comerciais, económicos ou diplomáticos. A sanção pode ser imposta, no contexto NA5CRO, em um amplo espectro ou num espectro restrito, dependendo do nível de sanções aplicadas. O objectivo militar é estabelecer uma barreira, permitindo apenas a entrada de bens essenciais e autorizados, negando qualquer movimentação militar (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 16).

Normalmente as sanções e embargos envolvem uma combinação de ar, terra e mar, isto é, cria-se zonas de exclusão aérea e marítima e zonas desmilitarizadas. O movimento nestas zonas é restringido, sendo estas controladas de forma a negar o seu uso indevido. No caso de estas zonas de embargo não serem respeitadas, a sua defesa pode ser realizada pela via diplomática (negociações) ou pela imposição da força militar (uso do poder militar OTAN) (AJP-3.4(A), 2010, cap.3, p. 16).

1.1 PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES

Para a condução CRO, foram definidos 12 princípios que se tomam fundamentais para uma eficiente relação civil – militar. Estes são ainda a base para a união entre os países presentes nas operações de resposta a crise¹⁷ (FM 3-07.31, 2003, p. 2).

O primeiro princípio está relacionado com a necessidade de focar a operação nos pontos fulcrais para a resolução da crise, existindo portanto, a obrigação de ser **objectivo** *“Toda a campanha deve ser orientada para objectivos claramente definidos e compreendidos que permitam alcançar o estado final desejado. Num ambiente de natureza conjunta e multinacional, os objectivos estratégicos – militares podem constituir-se como metas parciais a atingir ao longo do percurso estabelecido que contribuam para alcançar o estado final político desejado ou uma parcela do mesmo”* (IAEM, 2006, p. 3). Em suma, todos os países intervenientes numa operação CRO devem ter o mesmo objectivo, facilitando assim o cumprimento da missão. Este objectivo não pode ser simplesmente um

¹⁷ Os princípios das PSO são: Imparcialidade, Consentimento, Limitação ao uso da força, Objectivo/End State, Perseverança, Unidade de esforços, Flexibilidade, Legitimidade, Segurança, Credibilidade, Respeito Mútuo, Transparência, Liberdade de Movimentos e cooperação Civil-militar (Academia Militar, 2011).

objectivo militar, pois necessita de uma componente política para se conseguir uma “paz” estável e duradoura.

A **perseverança** é essencial para qualquer operação e revela-se preponderante nas CRO, sendo por isso um dos princípios. “*Numa operação desta natureza, para alcançar o estado final político desejado implica ser-se resoluto, paciente e persistente na persecução dos objectivos definidos. Procurar garantir o sucesso militar a curto prazo, deve ser pesado e ponderado com as possíveis consequências sociais, económicos, ambientais e políticos que podem advir a longo prazo*” (IAEM, 2006, p. 3-4). Neste tipo de operações é essencial a persistência, pois em muitos dos casos, torna-se difícil criar infra-estruturas capazes de sustentar toda a complexidade de um estado. Existem muitos exemplos, mas podemos citar dois deles, como o Kosovo¹⁸ e o Afeganistão. Estes dois exemplos são claros quanto à necessidade de ser persistente e paciente, pois necessitam de muita estabilidade para poderem sobreviver como estados sólidos e estáveis.

A **unidade de esforços** é importante para atingir os objectivos previstos e para criar um clima de seriedade e credibilidade da força. “*A necessidade de uma aproximação coerente relativamente a objectivos comuns entre os vários contingentes, bem como, entre as componentes civil e militar intervenientes na operação é essencial. A cooperação entre militares e civis requer uma contínua interacção com as Organizações Internacionais (OI) e as Organizações Não-Governamentais (ONG) envolvidas. Para alcançar a unidade de esforços, é essencial estabelecer uma ligação efectiva a todos os níveis e promover, regularmente, conferências e reuniões envolvendo todas as agências e partes intervenientes*” (IAEM, 2006, p. 4). Nas operações CRO existem muitas organizações Não-Governamentais e muitas das vezes estas estão mais perto das populações do que a força no terreno e portanto torna-se essencial uma boa coordenação entre elas. Não só para a força se aproximar da população, mas também para ganhar a confiança da mesma, conseguindo assim cumprir a missão que lhe está atribuída com mais facilidade. Torna-se essencial um esforço contínuo e conjunto de todas as forças presentes no Teatro de Operações (EPI, 2001).

A credibilidade da força não pode ser posta em causa e portanto, a **transparência das operações** deve ser mantida e garantida por todas as unidades. “*A missão, conceito de operações, bem como o estado final político e militar a alcançar devem ser claramente entendidos por todos os intervenientes*” (IAEM, 2006, p.4-5), para que não se gerem desconfianças da população para com a força. No entanto, torna-se complicado operacionalizar esta transparência das operações quando as questões de segurança da força estão em causa, sendo necessário que o comandante crie as condições de segurança sem afectar irremediavelmente a credibilidade da força.

¹⁸ Mapa dos Balcãs no Anexo A

“A **Protecção** da Força (FP) é uma responsabilidade do comando inerente a qualquer operação militar. A FP deve ter em conta factores como a composição e volume da força, planos e ordens e as Regras de Empenhamento (ROE) definidas” (IAEM, 2006, p. 5). Neste campo é essencial assegurar a protecção da força e provê-la de legitimidade, para tal criou-se o ROE Card que não é mais que uma sintetização das regras que os militares devem obedecer.

O princípio da **flexibilidade** está relacionado com a necessidade de dotar as unidades de valências para cumprir missões em ambientes de Baixa¹⁹, Média ou Alta²⁰ intensidade. “A condução com sucesso destas operações requer uma elevada capacidade de gestão da mudança e eventual transição para um ambiente seguro e estável. De acordo com o plano de operações e os constrangimentos constantes nas ROE, o comandante deve possuir o máximo de flexibilidade operacional e as forças devem ter capacidade de se adaptar rapidamente às alterações” (IAEM, 2006, p. 5). Podemos dar o exemplo do Afeganistão, onde uma simples patrulha pode transformar-se em uma operação de combate convencional.

“**Promover a cooperação e o consentimento** entre as partes, constituem pré-requisitos neste tipo de operações. Antes da execução de qualquer actividade de natureza militar que possa resultar na perda do consentimento, exige-se uma cuidadosa ponderação e avaliação face aos objectivos de longo prazo que se pretendem alcançar” (IAEM, 2006, p. 5)

O princípio da **imparcialidade** é fundamental para promover a credibilidade da força e muito importante nas operações psicológicas²¹ (SGDN, 1963, p. 7). “As operações devem ser conduzidas sem favorecer ou prejudicar qualquer das partes. Comunicação eficaz e transparência nas operações, constituem a chave para promover e manter uma aproximação adequada” (IAEM, 2006, p.6). A imparcialidade é um dos princípios mais difíceis de cumprir, pois o ser humano é dotado de uma consciência que varia com as nossas crenças. Torna-se por isso, muito difícil ser-se imparcial e todos os comandantes devem ter este princípio como uma das linhas orientadoras dos seus homens. Podemos dar o exemplo do Kosovo em que a força tem de ser isenta quanto aos sérvios e aos descendentes de Albaneses (Dragnich, 1993).

¹⁹ Os Conflitos de Baixa Intensidade são confrontos político-militares entre os Estados Rivais ou Grupos. Frequentemente envolve lutas prolongadas baseadas em princípios e ideologias. O Conflito de Baixa Intensidade varia de subversão ao uso da força armada. É caracterizada por manifestações pacíficas e não violentas entre as partes (FM 100-20, 2005)

²⁰ Conflitos de Alta Intensidade incluem acções de combate contra um inimigo determinado ocupando posições preparadas ou realizar ataques planeados. OU sob condições de alta intensidade exigem a aplicação coordenada do potencial de combate completo em conjunto com as armas combinadas (PDE-3-47-14, 2010)

²¹ “As acções psicológicas têm por fim a gestação de um sentimento colectivo capaz de provocar uma acção colectiva ou até actos individuais favoráveis” (SGDN, 1963, p. 7).

Muitas vezes a simples questão da religião (Católico – Muçulmano), torna a imparcialidade imprescindível para manter a credibilidade da força intacta (Huntington, 2003, p. 2).

Em todas as operações militares, normalmente existe um *inimigo* ou um adversário. No Afeganistão, os rebeldes do Norte acabaram por ganhar poder e influência, com a intervenção da OTAN. No entanto o objectivo da intervenção era destituir o governo que até então estava no poder, como consequência desse objectivo tornou-se necessário dar alguma margem de manobra às forças opositoras do regime. Por outro lado, podemos dizer que a força se manteve imparcial ao respeitar as etnias existentes na região ganhando assim espaço para evoluir a operação em uma Operação de Manutenção da Paz (Celeski, 2006).

“O potencial recurso ao **uso da força** afecta o cumprimento da missão em toda a sua extensão, pelo que requer um contínuo acompanhamento, sendo objecto de revisão e adequação face à situação em curso. Em todos os casos, o uso da força, deve estar subjacente à lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário e dos conflitos armados e as orientações políticas constantes das ROE²²” (IAEM, 2006, p. 6). O uso da força é muitas das vezes difícil de colocar em prática, pois no teatro de operações os acontecimentos são reais e não hipotéticos. Para o militar no terreno torna-se difícil distinguir o uso da força em excesso, pois a percepção que este tem depende do treino, da situação e de acontecimentos passados. É difícil gerir o uso da força e portanto pede-se aos comandantes das forças que sensibilizem os seus homens para esta problemática (Barno, 2007). “As ROE²³ não devem limitar o direito inerente à legítima defesa, entendendo-se esta como o uso da força necessária e proporcional, incluindo a força letal, contra um ataque efectivo ou iminente à força ou aos seus elementos” (IAEM, 2006, p. 6).

O **respeito mútuo** é difícil de conseguir, mas é fundamental para gerar um clima de estabilidade. “O respeito pela força é consequência directa da sua conduta, profissionalismo, relacionamento com as autoridades reconhecidas e população local. Mecanismos como o mandato que confere legitimidade à Força, o estatuto da força (SOFA) e outros acordos, podem garantir determinadas imunidades à força” (IAEM, 2006, p. 6).

O Respeito Mútuo deve ser um dos principais valores da força, pois é este relacionamento que possibilitará uma estabilização do TO e portanto que servirá como indicador da cooperação da força. Este respeito deve existir entre organizações mas também entre a população, que pode apresentar etnias diferentes ou religiões diferentes. É dever de todo o comandante, dar a conhecer as multifacetadas situações que o TO oferece e proporcionando assim uma maior interligação dos seus homens com a população civil (Barno, 2007).

²² Exemplo de ROE no Anexo B

²³ Exemplo de ROE Card no Apêndice A

“A **liberdade de movimentos** é essencial para garantir o sucesso no cumprimento de missões desta natureza. O mandato atribuído e as ROE impostas devem permitir que a força possua liberdade e autonomia suficientes para cumprir as tarefas cometidas, sem a interferência das facções presentes. A experiência indica que é frequente as facções imporem restrições a nível local à liberdade de movimentos. Estas situações devem ser firme e rapidamente solucionadas, prioritariamente através da negociação e, se necessário, através de acções vigorosas e resolutas, podendo mesmo incluir o uso da força” (IEME, 2006, p. 7).

A **legitimidade** é um factor preponderante para operações desta natureza, não só para se obter o apoio internacional, mas também para gerar um clima de credibilidade. Estas operações devem ter um mandato internacional, aceite pelas organizações e que represente fielmente o direito internacional (Chiarelli, 2005). Muitas vezes esta legitimidade é dada pela Organização da Nações Unidas (ONU), por esta conter na sua génese a paz mundial e estar assente nas leis internacionais, e ainda por ser aceite pela quase totalidade dos países.

Após verificarmos quais os princípios que devem ser respeitados nas CRO, iremos de seguida analisar as condições operacionais da Força.

1.2 CONDIÇÕES OPERACIONAIS

As condições operacionais podem ter várias classificações, mas para este trabalho vamos adoptar a Adaptabilidade Operacional («*operational adaptability*»). Esta classificação é utilizada pelo Exército norte-americano na US Army Training and Doctrine Command. Segundo o MGEN David D. Halverson (Comandante General do Fires Center of Excellence), é necessário criar forças flexíveis para enfrentar as novas ameaças (Fires, 2010).

Cada vez mais, as Operações Militares devem ser sincronizadas, a partilha do esforço das operações é um poderoso catalisador para garantir o sucesso da missão. Nos TO`s existem operações que dependem da coordenação de meios multi-nacionais e portanto, os procedimentos devem ser estandardizados para flexibilizar a força e maximizar o seu potencial (AJP-3.4 (A), 2010, cap.2, p. 7).

“Nós devemos estar preparados para descentralizar as operações para nos adaptarmos a complexas e repentinas alterações da situação, a educação e treino da força deve ser uma das principais vertentes a desenvolver, que necessita desenvolvimentos de mentalidades e requisitos de conhecimento, aptidões e capacidades efectivas, sobre condições adversas e complexas”²⁴ (Dempsey, 2010, p. 1).

²⁴ Tradução própria «*we must be prepared to decentralize operations to adapt to complex and rapidly changing situations. (...) The training and education of our entire force must aim to develop the*

Devemos então, encarar a Adaptabilidade Operacional como um conjunto de ferramentas necessárias para o funcionamento correcto das nossas Forças. Este conjunto de ferramentas consiste em seis parâmetros, que funcionam em conjunto para tornar as forças mais versáteis e flexíveis. Na figura 1, apresentam-se os seis parâmetros que concorrem para execução da adaptabilidade operacional, nomeadamente a versatilidade e flexibilidade, o letal e não letal, os fogos ajustados, o expedicionário, a sustentação, a inter-operacionalidade.

Estes parâmetros são essenciais para verificas as capacidades modulares da Brigada de Reacção Rápida, assim como a sua adaptabilidade a Operações multi-nacionais.



Fonte: Fires, 2010

Fig.1 - Adaptabilidade Operacional

A **versatilidade e a flexibilidade** são factores preponderantes em operações superiores a 12 meses. A diversidade das ameaças nos Teatros de Operações é grande e portanto é preponderante criar forças móveis, rápidas e flexíveis. O inimigo ou inimigos, podem atacar a força em qualquer momento e múltiplas formas, permitindo assim uma constante pressão sobre as forças. Cada missão é uma missão diferente provocando o aumento do stress dos homens e são um duro teste ao equipamento que estes transportam (Halverson, 2010).

mindset and requisite knowledge, skills and abilities required to effectively under conditions of uncertainty and complexity». (Dempsey, 2010, pag.1)

Durante o dia a força poderá executar uma missão de baixa intensidade, mas que durante a noite pode evoluir para um confronto de alta intensidade (Chiarelli, 2005). Estas missões podem também estar a ser desempenhadas por várias forças do mesmo país ou de países diferentes. Portanto as capacidades de cada país têm de ser enquadradas e adaptadas para resolver os problemas mais complexos, assim como os mais simples, quer de dia quer de noite, onde a reduzida visibilidade provoca mais constrangimentos. Para se conseguir criar estas características é essencial criar estratégias de treino e modelos de aprendizagem gerais e contínuos (Halverson, 2010).

A característica **expedicionária**, pode ser comparada às valências de reconhecimento que uma determinada Unidade tem ou às capacidades de vigilância do Campo de Batalha (FM100-63, 2005, p.5). As forças que normalmente são utilizadas nos diversos Teatros de Operações são por natureza forças expedicionárias, mas essa força deve ser experiente e ter equipamento adequado a esse tipo de missão. O equipamento deve ser leve e compacto, para minimizar o volume e deve possibilitar mudanças de clima e terreno, pois estas forças puderam estar a combater com vários inimigos e em vários terrenos e sob condições meteorológicas adversas. O ritmo de combate também pode variar, dependendo muitas vezes da área de operações. Nas áreas edificadas o ritmo de combate é elevado e é onde a mentalidade expedicionária se torna mais necessária, pois esta pode tornar-se na chave do sucesso da missão (Halverson, 2010).

A capacidade de **sustentação** da força é na actualidade, uma das maiores preocupações nos Teatros de Operações, pois as patrulhas podem percorrer longas distâncias sem apoio logístico ou de combate (Dempsey, 2010).

Para vencer inimigos adaptados às condições do terreno é necessário um apoio de combate preciso e rápido. A tecnologia pode aumentar a eficiência do homem, mas no combate o homem é sempre a espinha dorsal da vitória. Tendo em conta isto, é claro que o apoio quer logístico ou de combate deve ser direccionado para o combatente. (Halverson, 2010) As nossas forças devem ser capazes de operar com qualquer tipo de sistema, independentemente da sua origem. As forças deslocadas devem poder ser abastecidas por qualquer nação, em qualquer local e durante o combate. O treino das unidades de apoio e a sua integração nas frentes de combate torna-se preponderante para manter o potencial de combate inalterável (Barno, 2007).

Todas as forças devem ser **inter-operáveis**, devendo portanto conseguir realizar operações conjuntas e combinadas, com forças do próprio país, mas principalmente com as outras nações. O conceito de aliança pressupõe alguma colaboração, mas na actual conjectura, as operações multinacionais são uma constante e portanto a inter-operacionalidade dos meios e forças envolvidas deve ser elevado e ajustado (Halverson, 2010).

Nesta inter-operacionalidade podemos incluir os sistemas rádio, de vigilância ou até mesmo as viaturas. É mais fácil para uma força operar em todo o Teatro de Operações, se esta conseguir contactar e receber apoio de todos os elementos da aliança. O tipo de armamento é uma das grandes dificuldades do apoio logístico, pois a existência de diversos calibres e diversas armas, dificulta a inter-operacionalidade (Halverson, 2010). Em suma, a normalização de um calibre ou de uma arma teria benefícios para as operações multinacionais.

A vertente **Letal e não Letal** é cada vez mais importante para a opinião pública e como tal, o número de baixas é uma das preocupações de qualquer estado. As baixas não se prendem só com as nossas forças, que sofrem políticas restritivas de baixas zero. É também com a necessidade de evitar baixas mortais do outro lado, pois é cada vez mais difícil distinguir o inimigo do civil desarmado. O evoluir dos conflitos leva à necessidade de criar armas capazes de neutralizar toda e qualquer ameaça sem causar danos permanentes ou mortais. A utilização deste tipo de armamento está muito em voga nas nossas polícias, mas quando se trata de Teatros de Operações onde a escalada de violência pode culminar em graves incidentes, que normalmente são aproveitados pelos insurrectos para causar o pânico entre a população, a utilização destas armas pode não ser suficiente para por término à situação (Halverson, 2010).

Os **fogos ajustados** são o adequar a força empregue ao tipo de missão. Não é compatível o uso de morteiros para deter uma manifestação, assim como não é possível deter uma força insurgente (com RPG-7), utilizando gás lacrimogéneo. Cabe ao comandante da força saber qual é o meio a ser empregue e o momento indicado de subir ou descer o nível de protecção (Wood, 2010).

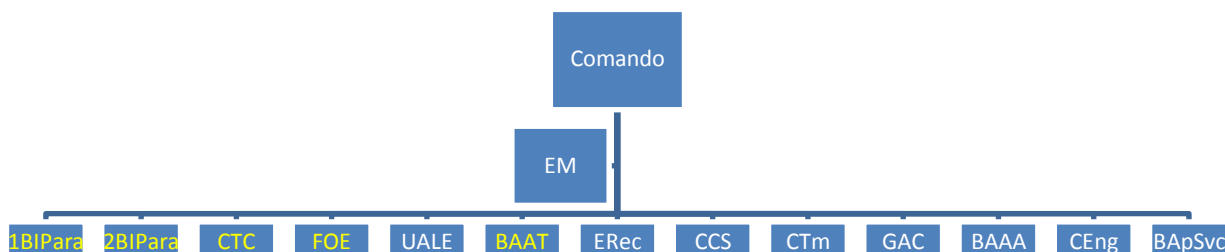
Nos Teatros de Operações actuais, a principal preocupação é a protecção de civis, pois só com a pacificação destes se torna possível estabilizar um país ou uma região. Uma das estratégias utilizadas é a redução das viaturas pesadas, como por exemplo as de lagartas. Estas viaturas provocam um choque visual superior, pois a poluição sonora em conjunto com a vibração provocada por estas, eleva a tensão entre a população e condiciona as operações de apoio à paz (Grubbs, 2005).

No entanto, a não utilização deste tipo de viatura limita a protecção da força, pois as viaturas de rodas, têm normalmente um grau de blindagem inferior. A utilização de certos meios, é muitas vezes uma decisão política e não estritamente militar. É ao comandante que se lhe exige a escolha do equipamento a ser utilizado pelos seus homens, e este assume sempre as consequências: Mais protecção – menor aceitação; menos protecção – mais aceitação (Halverson, 2010).

Após verificarmos os princípios e condições operacionais, iremos ver como se organiza a Brigada de Reacção Rápida, destacando as suas Unidades de manobra.

2. BRIGADA DE REACÇÃO RÁPIDA

Neste capítulo efectuámos a análise das pequenas unidades que compõem a Brigada de Reacção Rápida (Figura 2). Como referido, apenas analisaremos as unidades de manobra (com excepção do Esquadrão de Reconhecimento). O Batalhão de Apoio e Aeroterrestre (BAAT) apesar de não ser uma unidade de manobra, será analisado, pois inclui-se numa vertente de apoio específico aos dois Batalhões de Infantaria Pára-quedaistas, e como tal, não devem ser dissociados.



Fonte: Exército, 2011

Fig. 2 - Orgânica da Brigada de Reacção Rápida

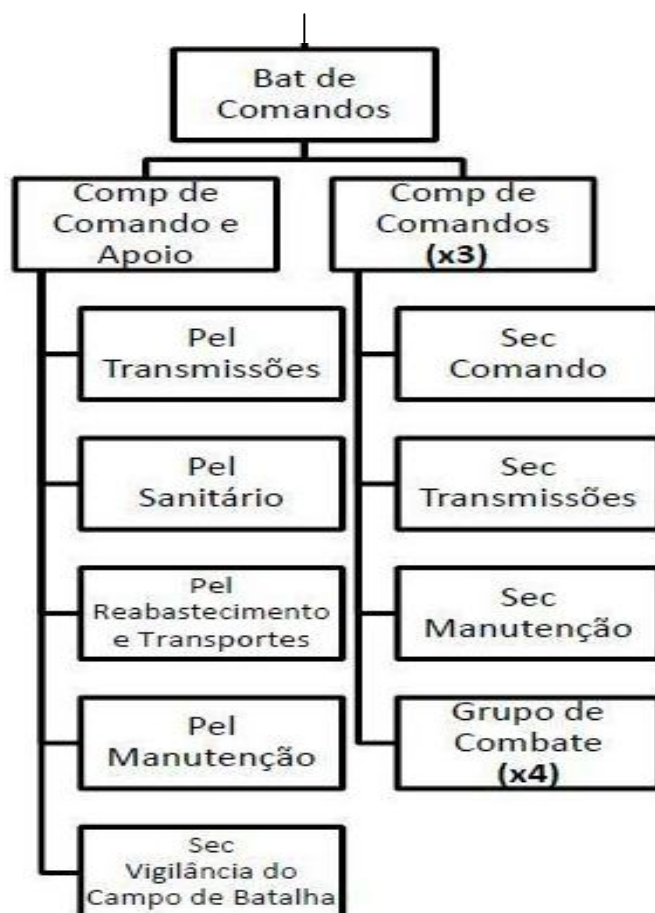
O estudo baseia-se na análise documental e é representativa dos Quadros Orgânicos aprovados, deixando para o próximo capítulo uma análise comparativa dos Quadros Orgânicos com o que existe na realidade.

A BrigRR está incluída na Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) (DR, 2006) e subdivide-se em pequenas unidades, como seja, o comando de Brigada composto pelo Estado-Maior e o Grupo de Comando. Tem ainda unidades como a Companhia de Transmissões (CTm), a Companhia de Comando e Serviços (CCS) e a Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE), o Esquadrão de Reconhecimento (ERec) e o Batalhão de Apoio Aeroterrestre (BAAT), o Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), a Bateria de Artilharia Anti-Aérea (BAAA), a Companhia de Engenharia (CEng), o Batalhão de Apoio de Serviços (BApSvc). As unidades de manobra²⁵ que analisamos encontram-se a cor diferente na fig. 2 e são, os Batalhões de Infantaria Pára-Quedista, o Centro de Tropas Comandos e a Força de Operações Especiais (CEME, 2006).

²⁵ Manobra é o emprego de forças no Campo de Batalha através do movimento combinado com o fogo, para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo, a fim de cumprir a missão (AAP6, 2010). Tradução própria de: *“Employment of forces on the battlefield through movement in combination with fire, or fire potential, to achieve a position of advantage in respect to the enemy in order to accomplish the mission”*.

2.1. BATALHÃO DE COMANDOS

O Batalhão de Comandos, figura 3, de acordo com o Quadro Orgânico de 2006 é constituído por três Companhias de Comandos e pela Companhia de Comando e Apoio. Sendo que uma das companhias é destinada à formação dos quadros de Comandos e as outras duas destinadas a desempenhar missões de encargo operacional.



Fonte: Exército, 2011

Fig. 3 – Orgânica do Batalhão de Comandos

O **Comando de Batalhão** é constituído pelo Comandante e 2º Comandante, posto de Tenente-coronel e Major respectivamente, e pelo adjunto do comandante que é um Sargento-chefe. O Estado-Maior é destinado a auxiliar as decisões do Comandante, sendo subdividido em Secções que são chefiadas pelos Oficiais de pessoal (S1), de Informações (S2), de Operações (S3) e de Logística (S4). Dentro de cada Secção do Estado-Maior existe um sargento e uma praça para auxiliarem o Oficial responsável por esta.

As **companhias de Comandos** têm no seu comando cinco militares: o Comandante, 2º comandante, o Adjunto do comandante e duas praças (condutor e o operador rádio) (DR, 2006).

O Comandante de Companhia é um Capitão e o seu 2º Comandante um subalterno, normalmente um Tenente. O Adjunto do comandante é um Sargento-ajudante e o condutor (cabo) que desempenha, também, a função de operador de rádio, quando a viatura se encontra imobilizada; o Comandante de Companhia opera o rádio quando esta está em movimento (DR, 2006).

Pertencente ao Comando, ainda, a secção de comando, que tem como objectivo auxiliar o Comandante a tomar decisões e a tratar de várias informações. Nesta secção estão presentes o Sargento de Operações e Informações, o Sargento auxiliar do Adjunto do Comandante, o Sargento de Transmissões²⁶ e um condutor/operador Rádio que é um soldado (DR, 2006).

Em resumo, no Comando e Secção de Comando existem dois Oficiais, quatro sargentos e três praças, utilizando cada um deles o armamento orgânico para aquela missão, que para a ISAF é a *Heckler & Koch G3 7,62 mm* modelo NATO. Na utilização dos HMMWV e das PANHARD é utilizado um apontador de Metralhadora Pesada (MP), usualmente uma Browning 12,7 mm ou uma Mg-42 7,62mm (DR, 2006).

A Companhia de Comandos organiza-se em quatro grupos de combate, divididos em 24 equipas. O Comandante de cada grupo de combate é um subalterno (Tenente ou Alferes) e é apoiado no seu comando por um Sargento de grupo, normalmente um 1º Sargento e por um condutor. Não está contabilizado o possível apontador da viatura. Cada equipa tem um Sargento como comandante, sendo que 12 têm um 1º Sargento e as 12 restantes têm um 2º Sargento (Quadro Orgânico Pessoal, 2006).

Resumindo, a Companhia de Comandos tem organicamente seis Oficiais, 28 Sargentos e 103 Praças (Quadro Orgânico Pessoal, 2006).

A Companhia de Comandos tem como missão *“conduzir operações de combate, de forma independente ou em apoio de outras forças, em condições de elevado risco e exigência, nomeadamente operações em condições especiais”* (DR, 2006).

As Companhias de Comandos podem ser reforçadas, com subunidades de Apoio de Combate e Apoio de Serviços do Batalhão de Apoio e Aeroterrestre. As Companhias de comandos têm várias capacidades, que lhes permitem participar em diversas operações no âmbito OTAN. Entre as quais destacámos a capacidade de conduzir pequenas operações de ataque em profundidade²⁷ na área da retaguarda inimiga e realizar operações

²⁶ Deve estar habilitado com o curso de Transmissões das Armas.

²⁷ Operações de Combate em Profundidade têm como *“finalidade primária detectar e fixar o inimigo, impedindo-o de atingir os seus objectivos e condicionando-lhe a liberdade de acção, criando, assim, condições favoráveis para as operações de combate próximo. Normalmente, estas operações são*

aerotransportadas²⁸ e aeromóveis²⁹. Outra das suas capacidades é a possibilidade de poder ser empregue como força de intervenção³⁰ no âmbito da Segurança da Área da Retaguarda e como força de intervenção em ambiente de contra-insurreição³¹. Esta capacidade é considerada uma das suas grandes vantagens no cumprimento da missão no Afeganistão (BrigRR, 2009).

As Companhias de Comandos podem realizar operações independentes até três dias (sem qualquer apoio logístico). Sendo esta uma unidade que realiza incursões em terreno hostil utilizando meios aéreos, terrestres ou aquáticos, possibilitando assim uma relativa capacidade de choque e uma grande flexibilidade, útil nas CRO da OTAN (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 1).

Além das capacidades referidas, esta unidade tem capacidade para realizar operações de combate ao terrorismo e a participar em CRO, inclusive as Operações de Imposição da Paz e de evacuação de cidadãos nacionais, a viver fora do território nacional, em ambiente não permissivo (BrigRR, 2009).

Podemos verificar que as Companhias de Comandos têm atribuídas um conjunto de missões, algumas das quais no âmbito da OTAN; a sua utilização como *Quick Response Force* (QRF) na ISAF³² e actualmente como «Force Protection» são exemplos das suas múltiplas capacidades.

As Companhias de Comandos têm, contudo algumas limitações nomeadamente a fraca protecção contra meios blindados e mecanizados e a limitada sustentação logística, que limitam a segurança da unidade na realização de operações isoladamente (DR, 2006).

O Quadro Orgânico de material não contempla viaturas blindadas, o que é também limitador, pois ao não utilizarem viaturas próprias, sendo adaptadas viaturas à missão em causa, implica algum treino suplementar para a força em Território Nacional (Almendra, 2011).

conduzidas a grandes distâncias e de acordo com a fita do tempo previamente definida. As Operações em Profundidade têm uma natureza ofensiva” (RC Operações, 2005, Cap. 1, p. 16-17).

²⁸ As Operações Aerotransportadas utilizam que “*são capazes de ser projectadas a grandes distâncias. Teoricamente estas unidades podem ser projectadas sobre qualquer objectivo debaixo de quaisquer condições meteorológicas*” (RC Operações, 2005, Cap. 2, p. 3).

²⁹ As Operações Aeromóveis utilizam forças que “*dispõem de maior mobilidade, quer a nível tático quer ao nível operacional. Sendo capazes de penetrar profundamente em território inimigo, para cortar as suas linhas de comunicação, conquistar aeródromos, destruir meios de comando e controlo, deter unidades de reforço, ou conquistar terreno importante*” (RC Operações, 2005, Cap. 2, p. 3)

³⁰ Uma força de intervenção é uma unidade que pode ser empregue em qualquer local do TO utilizando meios aéreos, navais ou terrestres, de forma a deter qualquer operação inimiga (FM 4-93.51, 2005, Cap. 10, p. 18).

³¹ A insurreição “*é um levantamento popular de tipo espontâneo, que gera uma grande movimentação de massas compensadora da escassez de meios de coacção física*” (Santos, 1982, p.185) a contra-insurreição são todas as acções que visam deter ou reduzir os actos de insurreição.

³² Documento que aprova a força ISAF no Anexo C

Neste momento, Portugal coloca à disposição da companhia no Afeganistão, viaturas HMMWV e PANHARD³³, de fabrico Norte-americano e Francês. A protecção Nuclear Biológica e Química (NBQ) também são muito limitadas, apesar de ser uma característica de unidades ligeiras; o reabastecimento de fatos de protecção e mascarar NBQ são fulcrais em caso de operações neste tipo de ambiente, o seu transporte é difícil, a que se associa o curto período de vida operacional (a rondar as 24 horas), o que, a atendermos ao período de actuação da unidade de forma isolada se percebe as dificuldades mencionadas (Quadro Orgânico de Material, 2006).

Comum a todas as unidades de Infantaria (isoladas), têm claras limitações no confronto com unidades aéreas, ou seja na defesa aérea, que é garantida maioritariamente pela Artilharia Anti-aérea; desta forma a sua actuação de forma isolada representa uma grande limitação à força, principalmente se não existir superioridade aérea, tal poderá ser garantido pela Força Aérea (FM-7.85, 2002, cap. 8, p. 2).

Em resumo, a utilização desta unidade de forma isolada levanta problemas logísticos e operacionais que limitam a sua acção. No entanto, as limitações das Companhias destacadas na ISAF têm sido colmatadas com a cooperação das restantes forças no teatro de operações (Pedro, 2011). Quando estas unidades foram utilizadas como QRF na ISAF, a utilização de equipas de ligação da Força Aérea (TACP)³⁴ colmatava a limitação da falta de defesa aérea e de apoio de combate, ao poderem solicitar o Apoio Aéreo Próximo (CAS)³⁵ (Cruz, 2011).

2.2 BATALHÃO DE APOIO E AEROTERRESTRE

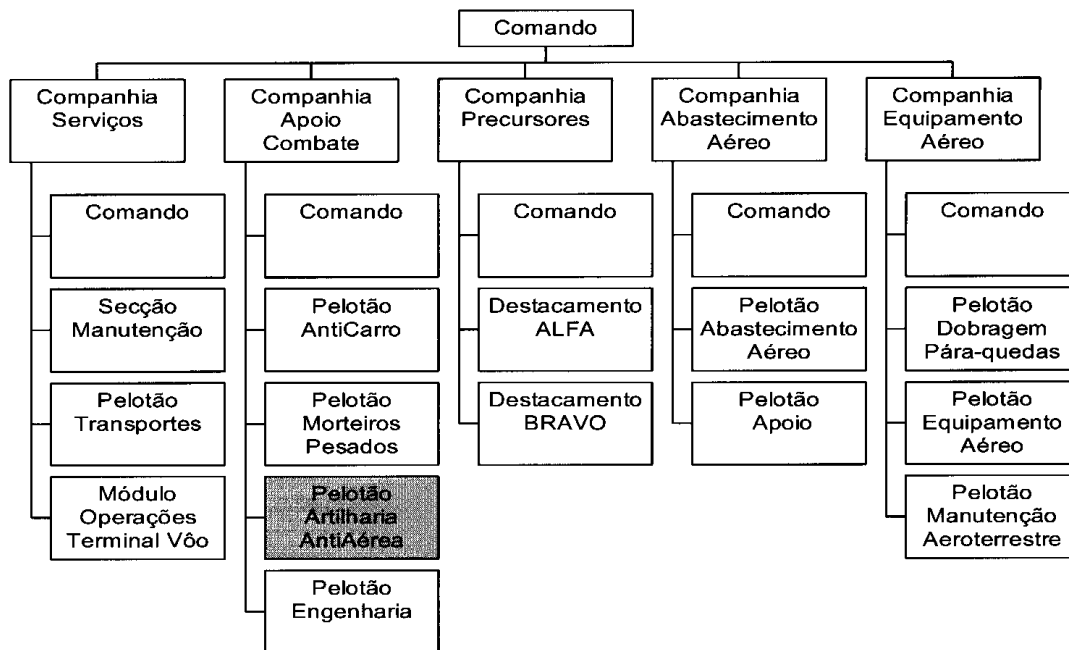
O Batalhão de Apoio e Aeroterrestre (BAAT), figura 4, garante o apoio aeroterrestre à BrigRR; o seu Estado Maior está localizado em Tancos, contudo algumas das suas unidades localizam-se em áreas geográficas diferentes. Nomeadamente, algumas subunidades da Companhia de Apoio de Combate estão deslocadas do grosso da força, como é o caso da Artilharia Anti-aérea que se encontra a cerca de 100km do comando de Batalhão, em Leiria. A missão desta unidade é *“garantir o apoio aeroterrestre à Brigada de Reacção Rápida e, quando determinado, a outras componentes do Exército e das Forças Armadas; reforça um Batalhão de Infantaria Pára-quedista ou uma companhia de Comandos com capacidade adicional de apoio de combate e de apoio de serviços.”* (DR, 2006, p. 6).

³³ Ver Anexo E

³⁴ Tactical Air Control Party

³⁵ As operações de Apoio Aéreo Próximo (Close Air Support) *“são as acções aéreas contra objectivos hostis que estão na proximidade imediata das forças amigas e que exigem a integração detalhada de cada acção aérea com o fogo e movimento das forças terrestres apoiadas”* (RC Operações, 2005, cap. 2, p. 9).

Este Batalhão tem várias capacidades entre as quais, a de prestar apoio de Engenharia de Combate e de defesa Anti-Aérea a um BattleGroup (BG)³⁶ da União Europeia, quando a unidade principal é um Batalhão de Infantaria pára-quedista.



Fonte: Quadro Orgânico, 2006, p. 2

Fig.4 - Orgânica do Batalhão de Apoio Aeroterrestre

Esta unidade pode ainda prestar o apoio de combate, através da Engenharia de Combate, a uma das Companhias de comandos, sempre que solicitados pelo comando da Brigada. Visa ainda garantir o apoio de manutenção a um Batalhão de Infantaria Pára-quedista (BIPara) e o transporte de duas Companhias de Atiradores Pára-quedistas (CEME, 2007, p. 15).

Deve operar uma base de Partida em Território Nacional, para poder apoiar uma operação aerotransportada ou aeromóvel, dependendo sempre do alcance operacional dos meios aéreos portugueses (Quadro Orgânico Material, 2006, p.1). Atendendo aos meios actuais, será o alcance do C130³⁷, que é uma aeronave de asa fixa (CEME, 2007, p. 15).

³⁶ BattleGroup é um elemento (de escalão Batalhão) “específico da UE de Resposta rápida que constitui uma possível resposta para o fornecimento atempado das capacidades necessárias para uma operação militar liderada pela UE, exigindo uma resposta rápida” tradução própria de: “the BG is a specific EU rapid response element which constitutes one possible answer to timely provision of the necessary capabilities for an EU-led military operations requiring a rapid response” (EU, 2008, p. 5).

³⁷ Alcance de 6.480km (Força Aérea Portuguesa, 2011).

A este Batalhão é, ainda, solicitado que opere até duas Zonas de Aterragem (ZA)³⁸ e/ou Zonas de Lançamento (ZL)³⁹, em simultâneo, para prestar o apoio ao desembarque de uma unidade de escalão não superior a Batalhão. Está ainda designada para apoiar os programas de formação e treino avançado no âmbito aeroterrestre (CEME, 2007, p. 15).

O BAAT é composto por cinco Companhias, que são a Companhia de Serviços, a Companhia de Apoio de Combate, a Companhia de Precursores, a Companhia de Abastecimento Aéreo e a Companhia de Equipamento Aéreo (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 1).

Não aprofundaremos a análise desta subunidade, pois não se constitui como unidade de manobra, assim sendo, não é fundamental para atingir os objectivos do trabalho. De forma abreviada o BAAT é constituído pelo Comando e Estado-maior, Companhia de Serviços e Companhia de Equipamento Aéreo, Companhia de Abastecimento Aéreo, Companhia de Apoio de Combate e Companhia de Precursores.

Do **Comando de Batalhão** fazem parte; quatro militares: o Comandante (Tenente-Coronel de Infantaria); o 2º Comandante (Major de Qualquer Arma ou Serviço); o Adjunto do Comandante (Sargento-chefe), e um condutor/operador rádio (Cabo) (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 2).

O **Estado-maior** tem três oficiais, (um Major de Infantaria e dois Capitães), que têm respectivamente as funções de Oficial de Operações, Oficial de Recursos e Adjunto de Apoio Aéreo. Pode ainda ser colocado no Estado-maior um oficial médico. Contem ainda três sargentos de qualquer Arma ou Serviço e uma praça, que têm as funções de Sargento de Operações, de Pessoal e de Logística. A praça é o condutor e operador de rádio (normalmente um soldado) (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 2).

A **companhia de serviços** é constituída pelo Comando, Secção de Manutenção, Pelotão de Transportes e um módulo de Operações e Terminal de Vão. O principal equipamento de transporte desta unidade são veículos de rodas não blindados, do tipo transporte geral, como é exemplo as viaturas DAF, Mercedes e Iveco⁴⁰ ou jipes ligeiros.

No total, esta Companhia tem três oficiais, 11 sargentos e 57 praças, sendo que todos os elementos podem ser de qualquer Arma ou Serviço com a excepção do Comandante da Secção de manutenção e do Sargento mecânico que têm de ser de Serviço Material (Quadro Orgânico, 2006, p.1).

A **Companhia de Apoio de Combate** tem como principal função, fornecer o Apoio de Combate aos Batalhões de Infantaria Pára-quedista. Da orgânica da Companhia releva-

³⁸ Uma zona de aterragem é o local onde são recolhidos os equipamentos e materiais, assim como feridos e pessoal aerotransportado (AAP6, 2010).

³⁹ Uma zona de lançamento é o local onde são largados equipamento, material e pessoal aerotransportado (AAP6, 2010).

⁴⁰ Imagem de uma viatura pesada de transporte geral no Anexo F.

se o Comando, o Pelotão Anti-Carro, o Pelotão de Morteiros Pesados, o Pelotão de Engenharia e o Pelotão de Artilharia Antiaérea (Quadros Orgânicos de Pessoa, 2006).

No total, existem nesta unidade 107 militares, sendo que cinco são Oficiais, 24 Sargentos e 78 Praças.

Uma das limitações desta unidade é a não existência em permanência de uma unidade anti-aérea e a dificuldade de transporte de alguns dos seus meios, por serem meios pesados e volumosos (Quadros Orgânicos de Pessoal, 2006).

A **Companhia de Precursores** é constituída por dois destacamentos e tem como principal missão preparar o terreno para operações futuras, assim como actuar em território hostil para poder assegurar a largada de unidades pára-quedistas.

É constituída por 36 elementos, sendo que cada destacamento contém 16 militares (um oficial subalterno, cinco sargentos e 10 praças).

Esta companhia necessita de militares habilitados com o curso de precursores⁴¹, sendo que esta é uma das limitações da mesma, pois o treino necessário para a optimização dos homens é elevado. Outra limitação é a actuação em separado, isto porque, ela opera isolada do apoio de combate, podendo, assim, ser limitada a sua protecção (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 3).

A **Companhia de Abastecimento Aéreo** tem como principal missão preparar em terra o abastecimento logístico e o seu lançamento na Zona de Acção das Companhias de Atiradores Pára-quedistas, para que estas possam cumprir a sua missão e permanecer em território hostil por períodos de tempo mais longos. Esta Companhia organiza-se no Pelotão de Abastecimento Aéreo⁴² e Pelotão de Apoio que prepara e garante a manutenção dos equipamentos de lançamento e dos materiais a serem largados (Quadro Orgânico, 2006, p. 2).

O efectivo total da Companhia é de 48 militares, sendo que os três Oficiais e os 11 Sargentos têm de estar habilitados com o curso de instrutor de Abastecimento Aéreo (Quadro Orgânico, 2006, p. 2).

A **Companhia de Equipamentos Aéreos** é essencial para o funcionamento dos Batalhões de Infantaria Pára-quedista, pois é nesta unidade que se encontra o Pelotão de Dobragem de Pára-quedas. Este Pelotão tem duas secções de dobragem, uma para os pára-quedas de abertura automática e outra para os de abertura manual. Esta é certamente uma capacidade que encara uma grande valência da Brigada, pois a correcta execução da dobragem dos pára-quedas é essencial para a segurança das unidades. Todos os

⁴¹ “As forças de precursores Aeroterrestres são forças, vocacionadas para operar em Zonas de Lançamento ou Zonas de Aterragem em proveito de uma força aerotransportada ou aeromóvel, sendo dotadas de capacidade de inserção no TO através de salto em pára-quedas” (CEME, 2007, p.22).

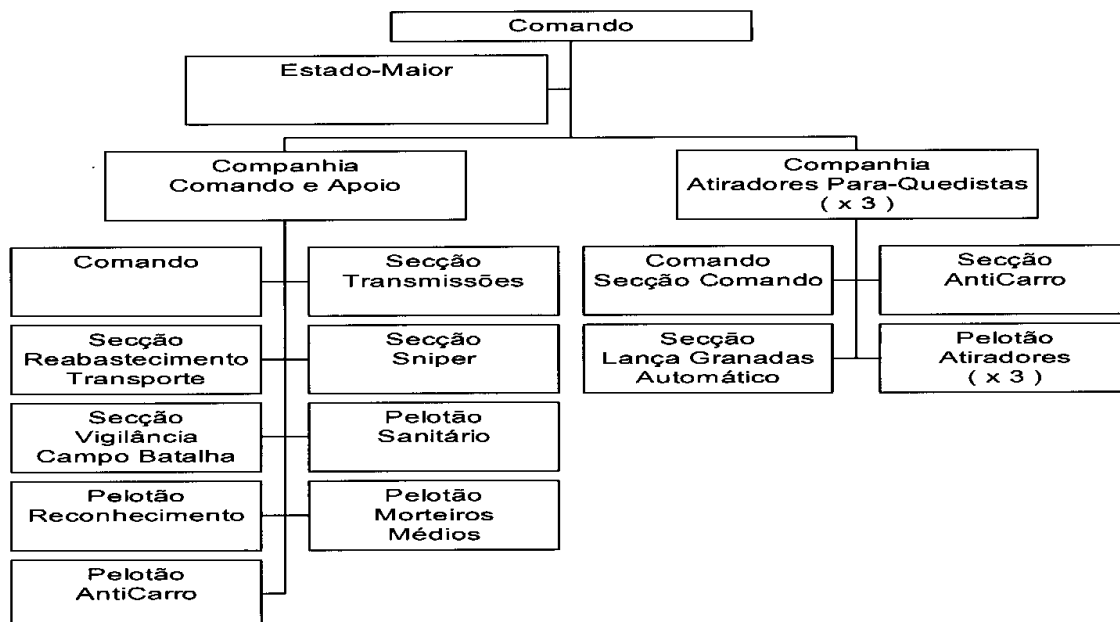
⁴² O Pelotão de Abastecimento tem duas secções; a Secção de Dobragem de Pára-quedas de Carga, sendo uma unidade crítica, pois necessita de treino e supervisão permanente, e uma Secção de Cargas (QOP, 2006, p. 2).

elementos deste Pelotão têm o curso de técnico de equipamento aeroterrestre e a experiência dos mesmos deve ser elevada. Esta situação cria dificuldades na obtenção de recursos humanos, assim como no seu treino, sendo por isso uma das unidades mais especializadas do BAAT (Quadro Orgânico, 2006, p. 3).

A Companhia tem ainda o Pelotão de Equipamento Aéreo e o Pelotão de Manutenção de Material Aeroterrestre. São importantes para o cumprimento da missão do Batalhão pois são estes que fornecem o apoio para a manutenção, verificação e armazenamento do material aeroterrestre. Tendo em conta que este Batalhão presta apoio principalmente aos BIParas, esta companhia é crucial para fornecer e manter o equipamento de salto operacional (Quadro Orgânico, 2006, p. 3).

2.3 BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA

Os Batalhões de Infantaria Pára-queda, figura 5, estão localizados em Tomar e em São Jacinto, colocando-se por isso numa posição vantajosa para conseguir uma capacidade operacional, pois têm aeródromos nesses locais. O 1º Batalhão Infantaria Pára-queda encontra-se na mesma região que a BAAT, que é a principal unidade de apoio da Brigada aos Batalhões Pára-quadistas (Quadro Orgânico, 2006, p. 2).



Fonte: Quadro Orgânico Pessoal, 2006

Fig.5 - Orgânica de um Batalhão Pára-Quedista

A missão deste Batalhão é “*estreitar o contacto com o inimigo, através do fogo e manobra, para o destruir, capturar ou para repelir o seu assalto; participa ou conduz operações aerotransportadas e aeromóveis, para conquistar e assegurar a posse de uma área-objectivo*” (DR, 2006, p. 2).

Organicamente este Batalhão é constituído por três Companhias de Atiradores Pára-quedistas e uma Companhia de Comando e Apoio (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 1).

As principais capacidades deste Batalhão são a de conduzir operações ofensivas⁴³ e defensivas⁴⁴ em todo o tipo de conflito, em todo o tipo de terreno e em todas as condições meteorológicas. Pode ainda conduzir ou participar em Operações de Resposta a Crises (DR, 2006, p. 1).

Esta unidade tem também a capacidade de conquistar e manter a posse de terreno importante e pontos sensíveis ou impedir a sua utilização por parte do inimigo. Destruir, neutralizar, suprimir, fixar e canalizar forças hostis, assim como reconhecer, limpar e isolar terreno, são outras capacidades operacionais desta unidade. O 1º BIPara pode ainda ser utilizado em operações de combate ao terrorismo e outras ameaças assimétricas (Quadro Orgânico de Pessoal, 2006, p. 2).

Uma das grandes vantagens desta unidade é a capacidade de ser projectada por meios aéreos de asa fixa, que apenas está limitado ao alcance dos meios aéreos. Esta unidade tem limitações características de uma força ligeira, pois tem pouca protecção e apresenta assim uma das maiores preocupações para os comandantes militares e para os decisores políticos (Pedro, 2011).

A política de «baixas zero» cria alguma limitação na utilização desta força, pois a probabilidade de ter baixas é mais elevada que em unidades mecanizadas, por exemplo. Esta limitação tem sido atenuada com a utilização, no Kosovo, das chaimite e de jipes com alguma blindagem. Em outras FND`s utilizam-se viaturas blindadas ligeiras, como os HMMWV ou as PANHARD (Pedro, 2011).

O apoio do BAAT a esta unidade também pode ser visto como uma limitação, pois aumenta a dependência deste. A não existência de viaturas de transporte tácticas pesadas para todo o Batalhão, mas apenas viaturas tácticas médias que permitem o transporte de uma Companhia de Atiradores (CAAt) é também uma limitação, que é atenuada com o apoio do BAAT, possibilitando o transporte de duas CAAt. Este método acaba por criar limitações pois necessita de um esforço suplementar para rentabilizar e maximizar os recursos. O

⁴³ Operações Ofensivas “*são as operações decisivas na guerra. A finalidade das operações ofensivas é destruir o inimigo pela aplicação dos meios de forma violenta e localizada*” (RC Operações, 2005, p. 3-1).

⁴⁴ Operações Defensivas “*são adoptadas quando o inimigo tem a iniciativa, para o impedir de conquistar terreno ou penetrar na área defendida. Estas procuram evitar o sucesso do inimigo*” (RC Operações, 2005, p. 4-1)

período de tempo que esta unidade pode actuar sozinha é também um factor que diminui as capacidades desta unidade, pois só pode actuar durante três dias sem apoio de serviços adicional (CEME, 2007, p. 33).

O 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista tem como Comandante um Tenente-coronel e como 2º Comandante um Major, ambos habilitados com o curso de Pára-quedismo militar. Tendo ainda um adjunto que deve ser um Sargento-chefe, sendo que o operador rádio e condutor deve ser um cabo.

O Batalhão tem um Estado-maior com quatro Secções, sendo estas designadas por pessoal, informações, operações e logística. A Secção de operações pode ter como comandante o 2º Comandante de Batalhão. De uma forma geral, todas as secções são formadas por um oficial Capitão, um Sargento e um soldado. A excepção é a Secção de Operações que incorpora mais dois oficiais, um Capitão e um subalterno. De salientar a existência de um Sargento-ajudante que tem a função de sargento de operações (Quadro Orgânico Pessoal, 2006, p. 3).

O Batalhão é constituído pela **Companhia de Comando e Apoio** que integra o Pelotão Sanitário, o Pelotão de Reconhecimento, a parte relativa ao Apoio de Combate com o Pelotão de Morteiros Médios e o Pelotão Anti-carro. Deve ainda referir-se que no Comando da Companhia existem diversas Secções que operam no reabastecimento, informações e vigilância. A existência de uma Secção Sniper⁴⁵ com três equipas, que aumenta a capacidade furtiva desta unidade, podendo destacar as equipas para as Companhias de Atiradores, dando assim uma capacidade dissuasora a estas (Quadro Orgânico Pessoal, 2006, p. 3)

O principal equipamento destas unidades é a espingarda metralhadora Gallil 5.56mm e as suas variantes. No Pelotão de Morteiro utilizam-se morteiros 81mm e o míssil anti-carro utilizado é o míssil Milan de fabrico francês (CEME, 2007,p. 15)

O BIPara tem três **Companhias de Atiradores Pára-quedista**, sendo que todas elas têm a mesma orgânica. Estas Companhias são reforçadas pois têm três secções Anti-carro e três secções Lança Granadas Automático (Quadro Orgânico Pessoal, 2006, p. 3). O material utilizado por estas secções é o sistema de mísseis Milan e o Lança Granadas 40 mm Santa Barbara (Quadro Orgânico Material, 2006, p. 4).

O material utilizado por estas companhias é a espingarda metralhadora Galil e as suas variantes. Em FND`s esta unidade tem utilizado as viaturas Blindadas PANHARD, CHAIMITE e HMMWV mas do ponto de vista orgânico esta não tem viaturas atribuídas para campanha (Almendra, 2011).

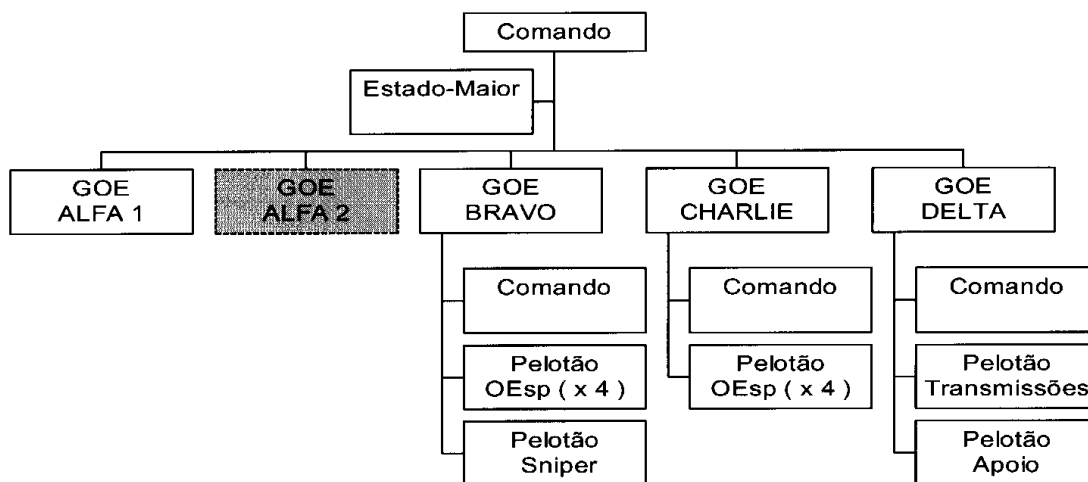
⁴⁵ Equipa Sniper no Anexo G

2.5 FORÇA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

A Força de Operações Especiais (FOEsp), figura 6, localizada em Lamego, é uma das unidades da BrigRR mais qualificadas e com maiores períodos de treino. Para estar nesta unidade é necessário ter o curso de Operações Especiais que tem a duração de seis meses para os quadros permanentes e três meses para os regimes de contrato. A formação nesta unidade é muitas vezes complementada com cursos no estrangeiro, no âmbito da cooperação OTAN (Quadros Orgânicos Pessoal, 2006, p. 1).

A missão desta unidade é de *"planear, prepara e conduzir as diversas tarefas decorrentes das quatro missões primárias⁴⁶ das Operações especiais"* (CEME, 2007, p. 2).

"As Forças de Operações Especiais são forças especialmente seleccionadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas e modos de emprego não convencionais, para o cumprimento de Operações Especiais. As Forças de Operações Especiais actuam em qualquer tipo de ambiente operacional, normalmente em formações de pequeno efectivo, de forma isolada ou como complemento de outras forças ou meios, com elevado grau de autonomia e sob condições de elevado risco" (CEME, 2007, p. 2).



Fonte: Quadro Orgânico Pessoal, 2006, p. 1

Fig. 6 - Orgânica da Força de Operações Especiais

⁴⁶ **Missões primárias** das Operações Especiais são o Reconhecimento Especial e Vigilância (que se caracteriza por obter informações em tempo oportuno, informações específicas, bem definidas e de elevada sensibilidade, de importância estratégica ou operacional, podendo ainda servir para completar outros métodos ou meios de recolha de informação), a Acção Directa (caracteriza-se por uma acção precisa e directa sobre um objectivo específico, limitada quanto à acção e duração da mesma), a Assistência Militar (consiste num quadro alargado de medidas em apoio de forças amigas ou aliadas e está relacionada com a cooperação técnico-militar) e a Acção Indirecta (envolve todas as actividades que são desenvolvidas pelas forças especiais em território inimigo ou por si ocupado, para organizar, instruir ou apoiar forças irregulares) (CEME, 2007, p. 2-3).

A FOEsp tem a capacidade de participar em operações de Combate Search and Rescue (CSAR)⁴⁷, podendo assim ser empregues em missões que necessitem de extrair militares de território hostil. Pode empregar os seus efectivos em missões de Operações Especiais com uma articulação variada e flexível, sendo que habitualmente é utilizada sob a forma de destacamentos de Operações Especiais (DR, 2006).

Participa em operações de redução de actividades terroristas e integra uma estrutura conjunta e combinada para constituir um *Task Group*⁴⁸ de Operações especiais, como por exemplo, com o Destacamento de Acções Especiais (DAE), da Marinha (CEME, 2007).

Pode conduzir operações de forma aberta, coberta ou discreta, de forma independente ou em coordenação com forças convencionais; operações em território hostil, garantindo auto-protecção, sobrevivência ou fuga e evasão do mesmo (DR, 2006). Esta unidade pode participar em Operações de Resposta a Crises, nomeadamente em Operações de Apoio à Paz, sendo as Operação de Imposição de Paz e Consolidação de Paz, as mais realizadas pelas Unidades Nacionais (CEME, 2007).

Podemos dizer que a FOEsp é uma das unidades mais especializadas, pois o período de formação dos seus elementos é extenso e complexo, como é, por exemplo o curso de Operações Especiais do Quadro Permanente (COEQP), que os torna aptos a realizar as operações mais difíceis das CRO (CEME, 2007).

A principal limitação desta unidade é a dificuldade em recompletar rapidamente a força, devido ao moroso treino e selecção. A complexidade do curso é também apontada como um factor limitador na obtenção de recursos humanos, juntando a necessidade de indivíduos de cota 1⁴⁹ (medida que assenta na robustez física natural para a realização do curso) (CEME, 2007).

A especialização desta unidade é uma vantagem relativamente a outras unidades desta Brigada, mas a dificuldade e o tempo necessário para formar os recursos humanos limita a sua acção (CEME, 2007).

A orgânica desta unidade pode variar consoante a missão a desempenhar, contudo o QO aprovado é o seguinte:

- Grupo de Comando (constituído pelo Comando e pelo Estado-Maior). O **Comando** é constituído pelo Comandante e 2º Comandante. O **Estado-Maior** tem uma orgânica normal de uma unidade deste escalão, ou seja, Oficial de Pessoal, Informações,

⁴⁷ CSAR é a detecção, localização, identificação e salvamento de pilotos derrubados em território hostil em tempo de crise ou de guerra (AAP6, 2010).

⁴⁸ Task group é um conjunto temporário de militares, que têm como objectivo executar uma determinada missão, por curtos períodos de tempo (AAP6, 2010).

⁴⁹ Estes cursos têm provas de selecção específicas, diferentes das provas de aptidão física realizadas para as outras unidades do Exército.

Operações e Logística. Todas estas secções são comandadas por um oficial Capitão, exceptuando o S3 que é um Major (CEME, 2007);

- quatro Grupos de Operações Especiais (GOE), que designamos de GOE Alfa 1, Bravo, Charlie e Delta. Salienta-se que há a possibilidade de constituir o GOE Alfa 2, à ordem (Quadro Orgânico Pessoal, 2006). O equipamento individual utilizado por esta unidade é variado, pois varia consoante a missão. Na unidade existem vários tipos de espingardas automáticas, como por exemplo, a G3 7,62mm, Sig Sauer 5,56mm, pistolas-metralhadoras HK MP5 9mm e Carabinas Sniper como as Baretta ou a Accuracy (Quadro Orgânico Material, 2006).

O **Grupo de Operações Especiais Alfa** é comandado por uma Capitão e é equivalente a uma companhia convencional, tendo por isso um subalterno como 2º Comandante. Esta unidade tem oito sargentos especializados nas áreas de operações, informações, transmissões e sapadores. Existem outros dois sargentos que operam num âmbito mais alargado e que necessita de uma interacção superior com a população, que são o sargento de assuntos civis e o sargento de operações psicológicas (Quadros Orgânicos Pessoal, 2006).

O **Grupo de Operações Especiais Bravo** é comandado por um Capitão e não tem 2º comandante, centralizando as decisões no comandante de grupo. Contém quatro Pelotões de Operações Especiais; releva-se num dos pelotões todos os elementos estão habilitados com o curso de pára-quedismo militar (CEME, 2007).

O Pelotão Sniper existente neste grupo é uma força que aumenta a furtividade e a protecção da unidade, é constituído pelo Comandante (subalterno), o seu adjunto e duas secções. Uma das secções é ligeira e outra é pesada, são assim designadas devido ao armamento utilizado por estas, pois uma utiliza uma arma sniper 7,62mm (Beretta) e a outra utiliza uma 12,7mm (Accuracy). No pelotão existem quatro secções sniper ligeiras e duas pesadas (Quadro Orgânico Pessoal, 2006).

Este grupo é muito importante para as acções realizadas nas FND's, pois tem uma grande capacidade para bater alvos a longas distâncias sem que para tal seja necessário transportar um grande volume de material (Pedro, 2011).

O **Grupo de Operações Especiais Charlie** é constituído por quatro pelotões de operações especiais e tem como Comandante um Oficial Capitão. Tal como os grupos anteriores, não têm 2º Comandante e pode ter dois oficiais subalternos de qualquer Arma ou Serviço no comando dos pelotões. Este Grupo tem menos capacidade de actuação a longas distâncias, mas contém mais elementos, aumentando assim a capacidade de actuação em zonas mais extensas (Quadro Orgânico Pessoal, 2006).

O **Grupo de Operações Especiais Delta** está mais orientado para fornecer meios e equipamentos, isto é, funciona como uma Companhia de Apoio nas unidades convencionais. Tem um Pelotão de Transmissões que é responsável pelo equipamento

rádio, sendo que o utilizado nesta unidade é o rádio Thompson⁵⁰ (Quadro Orgânico Pessoal, 2006).

O Pelotão de apoio funciona como o apoio logístico das outras unidades, tendo uma Secção de Alimentação, que é essencial em campanha para permitir o abastecimento de rações. Contém ainda as Secções de Transportes, Sanitária e Apoio e Segurança (Quadro Orgânico Pessoal, 2006).

Em resumo, a Força de Operações Especiais garante uma grande flexibilidade, uma vez que *“estas forças garantem capacidades únicas, flexíveis e versáteis, quer sejam empregues isoladamente ou em complemento de outras forças ou agências, na consecução de objectivos estratégicos, operacionais ou eventualmente táticos, quando o emprego de outras forças não for adequado”* (CEME, 2007, p. 3).

O modo de actuação da FOEsp depende *“inteiramente de condicionamentos político-militares impostos, podendo assumir um modo aberto, coberto ou discreto de actuação”* (CEME, 2007, p. 3)

Analisados os QO de Pessoal e Material, vamos ver o que na realidade existe na BrigRR e nas FND`s realizadas.

⁵⁰ Imagem representativa do Rádio Thompson no Anexo H

3. CAPACIDADES DA BRIGADA DE REACÇÃO RÁPIDA

Neste Capítulo vamos analisar as capacidades da BrigRR baseando-nos no relatório da OTAN «*Final Capabilities Statements*» e no de Sistema de Certificação das «*NATO Response Forces*» (NRF). Baseamo-nos, ainda, nas entrevistas realizadas a Comandantes que estiveram nos TO`s do Kosovo e Afeganistão.

A certificação das NRF serve como indicador do estado de prontidão das nossas forças e como tal, é espectável que após uma certificação NRF a força esteja apta a integrar uma FND⁵¹.

No relatório da OTAN a FOEsp é equiparada às *Special Operations Americanas*, enquanto as *Unidades de Comandos* são equiparados às *Unidades de Rangers Americanos*. Devido a este facto, o relatório trata as duas unidades em conjunto e descreve-as como unidades de forças especiais.

3.1 AVALIAÇÕES DA OTAN

Na certificação das NRF pela OTAN, “*os critérios de prontidão são destinados a confirmar a prontidão do pessoal e dos recursos dos Quartéis-Generais da NRF e das unidades. As unidades devem ter o quadro de pessoal completo, treinados, equipados e abastecidos nos seus aquartelamentos em tempo de paz, prontos para serem projectadas dentro dos limites de tempo prescritos*” (OTAN, 2004, p. 2)

A nível de treino, para a certificação, o pessoal tem de estar apto a verificar e utilizar o equipamento NBQ, incluindo o teste anual de câmara de gás. A instrução de tiro deve permitir, no mínimo, a execução de tiro real duas vezes por ano (OTAN, 2004).

As unidades NRF estão organizadas de modo a incluir procedimentos de Protecção da Força (FP), para assegurar uma adequada Sobrevivência e Protecção. Devem recuperar rapidamente dos efeitos causados por ataques, restabelecendo os serviços essenciais e a conduta de operações. As acções de recuperação incluem; apoio à gestão dos efeitos NBQ, controlo de danos, reconhecimento pós-ataque e avaliação de danos, reconhecimento de explosivos, salvamentos, transporte de feridos e descontaminação (OTAN, 2004).

As Nações são responsáveis pelo deslocamento das suas unidades para as áreas de reunião ou Pontos de Embarque (POE), enquanto a OTAN será responsável pela projecção para o TO e pelo subsequente movimento de progressão. Os meios de transporte estratégicos são fornecidos pelas Nações, através de acordos nacionais, multinacionais ou

⁵¹ As FND`s podem realizar missões Artigo 5º ou não Artigo 5º, no entanto as relevantes para o trabalho são as CRO`s.

de outro tipo. Os Quartéis-Generais têm de ter capacidade e autoridade para, com os seus Estados, controlar e sincronizar o processo da activação, reunião e projecção das unidades (OTAN, 2004).

Para a OTAN, as unidades de Infantaria Pára-quedista são capazes de providenciar defesa aérea para os sistemas vitais⁵² (com a Artilharia Anti-Aérea). Os Batalhões necessitam de ter um Oficial de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) que coordene as acções que interajam com pessoal civil nos TO's, pois esta é uma das principais características dos TO's em que Portugal está presente (OTAN, 2010).

Os Batalhões Pára-quedistas devem ainda estar preparados para planear, organizar e executar operações OTAN por um período de 48 horas, utilizando as suas unidades de manobra independentemente. Estas unidades de manobra devem estar capacitadas para projecções por meios aéreos de assa fixa ou por assa móvel, utilizando preferencialmente meios próprios. No caso de estas unidades não estarem equipadas com meios próprios é necessário utilizar meios aéreos de outra unidade que possibilitem a projecção (OTAN, 2010).

A capacidade destas unidades serem lançadas no TO utilizando meios de asa fixa permite grande flexibilidade, mas torna a unidade frágil no comando e controlo. Necessitando portanto, de uma grande autonomia aos mais baixos escalões (Pelotão e Secção), permitindo assim uma maior liberdade no processo de tomada de decisão, aos Oficiais Subalternos, a fim de flexibilizar o processo de reorganização após o lançamento (OTAN, 2010).

Os batalhões devem ser capazes de realizar operações em TO's onde a situação climática é extrema⁵³ e onde a morfologia do terreno é montanhosa⁵⁴ (OTAN, 2010).

Cada um dos Batalhões de Infantaria Pára-quedista tem a capacidade de ser lançado em qualquer tipo de TO para explorar pontos de decisão⁵⁵ ou proteger corredores de mobilidade⁵⁶ para forças mecanizadas. Quando apeada, a força está apta a executar ataques contra forças inimigas, fixando-os de forma a envolver⁵⁷ e conquistar⁵⁸. Após

⁵² Como por exemplo: os Postos de Comando e os Sistemas de Transmissões.

⁵³ Temperaturas negativas e temperaturas superiores a 30º de média.

⁵⁴ Como o Afeganistão.

⁵⁵ Ponto de Decisão é o "*local, acontecimento crítico ou sistema que permite a um comandante uma significativa vantagem sobre o inimigo e influência decisivamente o resultado de uma operação*" (RC Operações, 2005, anexo B, p. 8).

⁵⁶ Corredores de Mobilidade são o espaço necessário para uma unidade progredir no terreno (PDE5-00, 2007).

⁵⁷ Envolvimento "*é uma forma de manobra ofensiva na qual a força principal atacante passa à volta ou sobre as posições defensivas principais do inimigo para conquistar objectivos na sua retaguarda*" (RC Operações, 2005, cap. 3, p. 8).

⁵⁸ Conquistar é "*uma tarefa táctica destinada a limpar, ocupar e controlar uma dada área. Uma vez conquistado o Objectivo, a força tem de limpar o terreno pela destruição, captura ou forçar o Inimigo a retirar. O Inimigo pode não ter a capacidade de executar fogos directos sobre essa área*" (RC Operações, 2005, anexo B, p. 4).

ocupar⁵⁹ uma Posição de Combate⁶⁰ que confira protecção, a unidade deve estar preparada para receber forças apeadas e mecanizadas, utilizando meios de apoio de combate próprios. Estes meios devem conter armas Anti-Carro (ACar) e sistemas de armas de tiro curvo, como os morteiros (OTAN, 2010).

Em Operações de Média e Baixa intensidade devem ter competência para executar patrulhas de reconhecimento⁶¹ e patrulhas de combate⁶². As unidades que executam patrulhas de reconhecimento devem possuir equipamentos que possibilitem a observação a distâncias até dois quilómetros, enquanto as patrulhas de combate devem estar equipadas com todo o material de campanha e com lança granadas automáticos (caso sejam patrulhas montadas). Estas patrulhas de baixo escalão, não devem ser superiores a 48 horas, pois a força no limite, só pode ser empregue por 72 horas, de forma autónoma (OTAN, 2010).

Segundo a OTAN, os Batalhões de Infantaria Pára-quedista devem ter um mínimo de 500 homens distribuídos por três Companhias de manobra e uma de apoio (OTAN, 2010).

As Forças Especiais têm de ter capacidades especiais no reconhecimento e vigilância, pois têm de realizar operações de targeting⁶³. Estas operações são essenciais para permitir ataques cirúrgicos, isto é, ataques aéreos onde só o objectivo marcado é atingido, diminuindo, assim, os danos colaterais. A precisão destes ataques é essencial para credibilizar as forças OTAN, permitindo assim uma maior cooperação com a população local (OTAN, 2010).

Nas operações de vigilância, as unidades de Operações Especiais, devem estar equipadas com óculos de visão nocturna, sensores remotos e material de observação diurna a longas distâncias (OTAN, 2010).

Podemos identificar sete níveis de reconhecimento e vigilância. Estes níveis devem estar incluídos nos cursos de formação e o equipamento deve estar disponível para a utilização quando necessário. As operações de reconhecimento e vigilância de nível um, são conduzidas com aparelhos ópticos diurnos, que podem ser binóculos ou câmaras. As operações de nível dois, necessitam de aparelhos mais sofisticados que permitam executar a observação e marcação do alvo durante o dia e durante a noite. As operações de nível três são operações mais técnicas, onde é necessário introduzir sensores remotos e

⁵⁹ Ocupar “é uma tarefa táctica na qual uma unidade se movimenta para um local onde possa controlar essa área. Quer movimento quer a ocupação são executados fora da influência do Inimigo” (RC Operações, 2005, anexo B, p. 7).

⁶⁰ Posição de Combate “representa a localização geral de uma área defensiva num eixo de aproximação. Por não representar uma área de operações, a posição de combate não obriga a que todas as subunidades da força ocupem a posição. As unidades até Batalhão utilizam posições de combate, as quais podem ser estabelecidas na crista militar, na encosta, na contra-encosta, ou a combinação destas localizações”(RC Operações, 2005, cap. 4, p. 16).

⁶¹ Patrulhas de Reconhecimento “são empregues com a finalidade de obtenção de notícias ou para confirmar a exactidão de notícias previamente obtidas” (AM, 2009, p.3).

⁶² Patrulhas de Combate “são empregues com a finalidade de garantir segurança e desgastar, destruir ou capturar elementos Inimigos, equipamento e instalações” (AM, 2009, p.3).

⁶³ Operações de marcação de alvos para ataque aéreo (OTAN, 2010).

sensores ópticos, um exemplo deste tipo de equipamento são as câmaras térmicas. O nível quatro necessita da utilização de veículos Aéreos não tripulados (UAV)⁶⁴, que permitam uma maior segurança da força. O nível cinco de operações de reconhecimento e vigilância é a capacidade da unidade em utilizar equipamento *lazer* de medição de distâncias e radares de localização de pessoal e viaturas. O nível seis permite a obtenção de informações através de equipamentos de medição do espectro electromagnético, realizando assim um estudo pormenorizado do alvo. O último nível é a capacidade de executar operações apeadas ou montadas, isto é, a força deve estar habilitada a realizar missões de observação em viaturas (OTAN, 2010).

As Forças Especiais podem actuar em diversos ambientes e como tal, devem estar aptas a entrar em contacto com o inimigo. Quando isso acontece, devem conseguir desempenhar-se ou conquistar uma posição segura. Existem assim cinco níveis de acção directa, que devem orientar a construção das equipas de operações especiais (OTAN, 2010).

O nível um implica a força estar apta a executar patrulhas de curto raio de acção e com um *curto stand off range*⁶⁵, utilizando equipas sniper como cobertura e incluindo na equipa elementos sapadores que transportem explosivos com dispositivos de retardamento. Podemos assim dizer que estas equipas/patrulhas devem ter pelo menos uma equipa sniper e um perito em explosivos (sapador). O nível dois implica a capacidade para realizar tarefas como uma unidade regular e executar acções de apoio de combate, nomeadamente com a utilização de Morteiros e Metralhadoras Pesadas (OTAN, 2010).

A utilização de algumas metralhadoras ligeiras em tripé possibilita a catalogação destas como metralhadoras pesadas, como é o caso da MG-3. Esta possibilidade permite uma maior flexibilidade às unidades equipadas com esta metralhadora, pois podem obter uma maior protecção quando se pretende ocupar uma posição defensiva.

O terceiro nível está relacionado com a capacidade das unidades de forças especiais pedirem apoio aéreo próximo⁶⁶ (*close air support – CAS*). Esta função poderá estar delegada em elementos da Força Aérea ou em elementos que se encontrem em linhas amigas. Os elementos da unidade de operações especiais necessitam de uma formação específica no manuseamento de equipamento rádio (OTAN, 2010).

No caso nacional esta função está delegada em elementos da Força Aérea, designados *Tactical Air Control Party* (TACP), como foi referido anteriormente.

⁶⁴ *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV).

⁶⁵ Stand off Range é a diferença de alcances entre os sistemas de armas Inimigos e o das nossas forças (PDE 5.00, 2007).

⁶⁶ O Apoio Aéreo Próximo é “uma acção aérea hostil contra alvos que estão nas proximidades de forças amigas e que exigem a integração detalhada de cada missão aérea com o fogo e movimento dessas forças (AAP6, 2010). Tradução própria de: “*Air action against hostile targets which are in close proximity to friendly forces and which require detailed integration of each air mission with the fire and movement of those forces*”.

O nível quatro está relacionado com a capacidade de operar mísseis portáteis, isto é, na capacidade de utilizar mísseis portáteis filo guiados ou teleguiados. Esta característica é muito importante na luta Anti-Carro e no desenrolar de operações que necessitem de conquistar objectivos localizados em bunkers (OTAN, 2010).

O nível cinco é a possibilidade de actuar como unidade de escalão Companhia, utilizando as capacidades de Apoio de Combate inerentes. Este nível exige uma interligação superior entre os grupos e obriga a um Comando mais centralizado. Este nível de acção directa fornece uma maior interoperabilidade entre os grupos, mas limita a acção das pequenas unidades, em especial das unidades snipers (OTAN, 2010).

As unidades de Operações Especiais estão preparadas para fornecer equipas a outras unidades. As unidades Pára-quedistas são unidades de excelência para receber equipas sniper, porque vai permitir um *stand off range* superior (OTAN, 2010).

A preparação desta força para realizarem operações irregulares é fundamental para estas unidades executarem missões de insurgência e Contra-insurgência, nomeadamente no território nacional (no caso de perda da nossa Independência), sendo ainda possível o seu destacamento para outros TO's. Estas Unidades podem proporcionar uma «moldagem da população local»⁶⁷, que permita aos Oficiais CIMIC obter uma cooperação com as instituições locais, assim como, com os chefes locais, que normalmente detêm informações essenciais para captura de insurgentes (OTAN, 2010).

As Forças Especiais podem desenvolver operações terrestres e aéreas utilizando meios orgânicos ou cedidos para cumprir uma missão. As valências que uma unidade deste tipo apresenta, facilitam a sua infiltração em linhas inimigas e potenciam o seu raio de acção. Para tal, elas necessitam de treino operacional com todo o tipo de meios aéreos, quer de asa fixa, quer de asa móvel. Poderá ainda ser utilizada para resgatar tripulações ou pessoal civil de um TO utilizando meios próprios, executando assim operações do tipo NEO (OTAN, 2010).

O Comando destas unidades deve estar habilitado a relacionar-se nas línguas locais e necessita de ter conhecimento aprofundado nas principais línguas europeias⁶⁸ (OTAN, 2010).

Uma das principais vantagens destas unidades reside nas suas possibilidades de emprego, dada a sua autonomia logística, que pode permitir operações superiores as 72 horas, podendo em casos limite atingir 10 dias (OTAN, 2010).

⁶⁷ Criar um clima de estabilidade e confiança na população, levando alguns elementos a cooperar com a força.

⁶⁸ Língua Inglesa e Francesa

3.2 PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES EM FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS

Este ponto baseia-se na experiência dos militares portugueses que desempenharam funções nas FND's, sendo por isso importante para verificar as capacidades das forças destacadas em operações, assim como, as suas principais dificuldades na realização das missões. As Forças Nacionais Destacadas realizam vários tipos de Operações de Resposta a Crises. Portugal tem unidades destacadas em TO's de diferentes características e a desempenhar missões no âmbito da OTAN e da ONU. Dado o objectivo do trabalho, incidiremos a nossa atenção na Organização Internacional de Segurança.

As Unidades portuguesas, antes de serem destacadas, recebem um treino operacional, que serve como verificação da capacidade operacional e como garantia do cumprimento da missão. Segundo o Coronel Almendra (2011), *“os militares são bem preparados nos aprontamentos, devido ao seu enorme esforço”*, mostrando que o treino e a motivação dos militares Portugueses são essenciais para o desenrolar de toda a missão.

Os aprontamentos normalmente têm a duração de seis meses, mas poderá atingir os 12 meses de treino. Os aprontamentos algumas vezes são *“relativamente curtos e difíceis por incluírem militares de diferentes unidades, órgãos e estabelecimentos do Exército”*. Estas dificuldades dos aprontamentos têm *“alguns efeitos nefastos que são óbvios, que se materializam na coesão da força. Apesar disso, o trabalho realizado no terreno mostra que os militares têm cumprido todas as tarefas que lhes são atribuídas, recebendo sempre grandes elogios das outras forças presentes nos TO's”* (Almendra, 2011).

As unidades destacadas para o Afeganistão deparam-se com condições sociais e climáticas diferentes das Nacionais, criando dificuldades de adaptação, que necessitam de ser colmatadas nos aprontamentos e no período de transposição das forças no TO.

Entre Julho de 2006 e Fevereiro de 2007, Portugal destacou para o Afeganistão a primeira força Pára-quedista que esteve como QRF nesse TO. Durante esse período foi necessário pedir meios de transporte aéreos à ISAF, para permitir a projecção da força. *“Esta atitude foi importante para diminuir o risco da força, pois o deslocamento de Cabul para Kandahar era ao longo «jalalabad road» que é a única via transitável”* (Pedro, 2011). A não existência de meios próprios limita a acção das unidades nos TO's, nomeadamente em meios de projecção.

“As Operações de Cerco e Busca⁶⁹ no Afeganistão eram executadas em coordenação com as autoridades locais e com unidades Norte-americanas. A coordenação com as unidades Norte-americanas era simples, pois a doutrina é OTAN, mas a

⁶⁹ As Operações de Cerco e Busca têm por finalidade isolar uma zona e realizar uma fiscalização ou uma perseguição (RC Operações, 2005, p.3-22).

coordenação com as autoridades locais eram difícil, porque a sua capacidade militar não era credível” (Pedro, 2011).

Quando a unidade chegou ao “*Camp WareHouse foi necessário iniciar um curso intensivo de condução de HUMMWV e iniciou-se a aquisição de alguns equipamentos de protecção e vigilância, como as luzes direccionáveis*” (Pedro, 2011).

Na ISAF, as Forças Nacionais Destacadas Portuguesas utilizavam equipamento de apoio de outras unidades OTAN, como helicópteros e apoio logístico. “*De uma forma geral, as unidades estão capacitadas para utilizarem todo o equipamento OTAN, e o treino realizado no TO é importante para colmatar possíveis falhas do aprontamento*” (Pedro, 2011).

Em 2010, Portugal projectou uma QRF, baseada na 2ª Companhia de Comandos para o TO do Afeganistão “*que se juntou aos mais de 100.000 militares de 45 diferentes nações que operam sob o comando da ISAF. Esta QRF foi integrada no Command Regional Capital⁷⁰ (RC-C), na região de Cabul, em Controlo Tático⁷¹ (TACON) deste Comando Regional*” (BrigRR, 2010, p. 61). Esta situação, revela uma necessidade crescente de realizar operações multi-nacionais, nas quais, a interoperabilidade é preponderante para o sucesso da missão.

O empenhamento diário da QRF era “*de um grupo de Combate com prontidão de 15 minutos, mantendo um segundo grupo a 30 minutos e um terceiro com uma hora de prontidão*” (BrigRR, 2010, p. 62-63). Estes níveis de prontidão estão de acordo com as capacidades da força. Para além deste empenhamento como QRF, a força de Comandos participou em patrulhas motorizadas e helitransportadas, revelando que a unidade estava apta a desenvolver este tipo de operações (BrigRR, 2010, p. 63).

As realidades dos TO`s são diferentes da prática e treino operacional realizado, “*mas as capacidades demonstradas pelas nossas forças, mostram que o treino executado em Portugal é de qualidade, no entanto tem algumas falhas que são colmatadas à medida que as unidades dão o feedback da sua acção*” (Almendra, 2011).

Resumindo, as unidades destacadas para os TO`s têm o equipamento necessário para desempenharem a missão atribuída, no entanto, existem pequenas limitações que são resolvidas adquirindo material ou canibalizando material usado.

⁷⁰ Organigrama RC-C no Anexo I

⁷¹ Controlo Tático é a “*autoridade delegada num comandante para a direcção e o controle de pormenor, normalmente limitados no plano local, dos movimentos ou manobras necessários para executar as missões ou tarefas cometidas*” (RC Operações, 2005, anexo B, p. 5).

CONCLUSÕES

As hipóteses levantadas no início deste trabalho foram todas verificáveis, sendo que duas delas não obtiveram uma resposta positiva. Para a hipótese «a BriRR pode ser projectada para qualquer Teatro de Operações de forma autónoma». A resposta foi negativa, pois a BrigRR não dispõe dos meios necessários para ser destacada em simultâneo, no entanto, caso tal quesito fosse pedido pela OTAN e existisse vontade política, poderia ser conseguido. A principal dificuldade em destacar toda a Brigada está assente na necessidade de meios de projecção próprios, na insuficiência logística e na necessidade de ter os quadros orgânicos totalmente preenchidos.

As unidades de manobra da BrigRR têm dificuldade em colmatar as necessidades em praças, dada a especificidade das missões e o treino de elevada dificuldade e tecnicidade; também nos Oficiais Subalternos e Capitães existem dificuldades, pois a rotatividade entre Unidades e a necessidade de executar deslocamentos, prejudica a transmissão de conhecimentos e aumenta a necessidade de formação.

Os quadros orgânicos nas FND não obedecem aos QO aprovados, o que pode provocar algumas dificuldades nos TO`s. Esta diferença nos quadros está relacionada com os pedidos OTAN (Unidades Modulares e Flexíveis) e com a necessidade de ter no TO um Estado-Maior que permita um estudo do terreno e de todas as componentes operacionais mais rápido. A hipótese «o efectivo da BrigRR estar correcto para as CRO», não se verificou.

As restantes três hipóteses foram verificadas afirmativamente, pois é possível «a BrigRR colocar num TO uma unidade de escalão Batalhão», tendo esta situação já ocorrido, em outros TO`s.

A hipótese, que pretendia verificar se o «equipamento e armamento da BrigRR é compatível com as restantes forças OTAN», é verdadeira, pois em todos os TO`s onde Portugal tem forças destacadas existe um grau de cooperação elevado. A standardização de Técnicas, Tácticas e procedimentos levada a cabo pelas Forças Armadas permitiu uma maior compatibilidade entre as forças portuguesas e as restantes forças OTAN.

A última hipótese questiona se «a BrigRR está apta a desempenhar as CRO no âmbito OTAN», e foi verificada positivamente. As unidades de manobra da BrigRR que estão presentes em diversos TO`s e que foram analisadas neste trabalho, demonstraram que após o aprontamento, que permite uma identificação da força com o TO específico, a força está apta a desenvolver qualquer tipo de Operação de Resposta a Crises.

A verificação das hipóteses, proporcionou uma resposta para as questões derivadas:

- O nível de prontidão da BrigRR está dentro dos parâmetros exigidos pela OTAN?

Sim, pois as forças nacionais são certificadas com regularidade.

- Pode esta unidade ser empregue de forma autónoma? No actual momento técnico, tático e político não tem meios suficientes para executar uma operação de escalão Brigada.
- É possível empregar as suas unidades de manobra independentemente e em simultâneo? Sim, pois actualmente a BrigRR tem duas subunidades destacadas, uma no Kosovo (BIPara) e outra no Afeganistão (Comandos).
- Os quadros orgânicos de Pessoal estão de acordo com o nível operacional pretendido? Não, pois existem dificuldades na obtenção de recursos humanos e formação dos mesmos.
- Os Quadros Orgânicos de equipamentos usados pela BrigRR são os mais apropriados para realizar a tipologia de missões OTAN? Em que medida a existência desses equipamentos é crucial à execução da missão? O equipamento utilizado pelas nossas FND`s é o indicado, principalmente no Afeganistão onde existe um conflito de Média Intensidade. No Kosovo, aparentemente, o armamento utilizado pelas nossas forças actualmente deveria ser mais ligeiro, tendo em consideração a situação no TO. O armamento é essencial para a credibilização da força e para a sua segurança, tendo em conta que o incremento do «*stand off Range*» permite uma maior liberdade de movimento.
- O recrutamento realizado pelas Forças Armadas é capaz de preencher os quadros orgânicos desta unidade? Não, pois existem unidades que não têm os seus quadros orgânicos preenchidos, denotando-se uma grande dificuldade em captar praças.
- É necessário rever os quadros orgânicos de material, pessoal e equipamento da BrigRR? Sim, pois existe equipamento que já não é adquado ao moderno Campo de Batalha, como por exemplo, os coletes balísticos, que são muito pesados e desconfortáveis, limitando a acção do militar.

Estas respostas possibilitam responder à Questão Central. «Está a Brigada de Reacção Rápida adequada às Operações de Resposta a Crises no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte?» A conclusão a que chegamos é que sim, uma vez que tem sido demonstrado nos diversos TO`s e o feedback das outras forças OTAN e seus Comandos, assim o indicam; apesar de algumas limitações em termos de pessoal e equipamento.

Portugal não tem, actualmente, possibilidade de projectar a Brigada como um todo, contudo as suas unidades de escalão Batalhão, quando empenhadas têm sabido corresponder às necessidades.

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA MILITAR (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*, Serviços Gráficos da AM, Janeiro, Lisboa.
- ACADEMIA MILITAR (2009). *Manual de Apoio à Formação Geral Militar- Patrulhas*, Novembro, Lisboa.
- ACADEMIA MILITAR (2011). “Operações de Apoio à Paz”, slides da Unidade Curricular M-134 Tática de Infantaria II, Abril, Lisboa.
- ACADEMIC SKILLS CENTER (2011). “Writing Skills”, in *University of Canberra*, Internet: <http://www.canberra.edu.au/studyskills/writing>, Consultado em, 01 de Junho de 2011, às 09h00.
- AFONSO, José (2006). “Escorpiões no Afeganistão”, in vários, *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, nº 64, II série, Janeiro/Julho, Lisboa, 28-35.
- AMADO, Luís (2010). “Memorando da Conferência de Lisboa”, *Ministério da Defesa Nacional*, Dezembro, Lisboa.
- ANES, José (2007). “O Terrorismo Global”, in vários, *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, nº 68, II série, Julho/Dezembro, Lisboa, 64-71.
- BARNO, David (2007). “Fighting the Other War”, in vários, *Military Review*, US Army, Setembro/Outubro. EUA, 32-44
- BOLAND, Rita (2011). “On the Ground in Kandahar”, in vários, *Signal*, AFCEA`S International Journal, Volume 65, nº 8, Abril, EUA, 53-57.
- BOND, Margaret (2007). “Strategy Research Project”, *US Army War College*, Março, 5-17.
- BRIGADA REACÇÃO RÁPIDA (2009). *Directiva nº 58 – ISAF*, (Confidencial)
- CALMEIRO, Luís e MAGRO, José (2005). “O Exército Português nos Caminhos da Paz 1989-2005”, *Secção Cooperação Militar e Alianças / Gabinete de CEME*, Lisboa.
- CARRIÇO, Alexandre (2010). *OTAN*, slides da Unidade Curricular M-421 Teoria Geral das Relações Internacionais, Novembro, Lisboa.
- CARVALHO, José (2007). “100º Curso”, in vários, *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, nº 68, II série, Julho/Dezembro, Lisboa, 39-46.
- CELESKI, Joseph (2006). “Attacking Insurgent Space: Sanctuary Denial and Border Interdiction”, in vários, *Military Review*, US Army, Novembro/Dezembro. EUA, p.51-57.
- CEME (2006), “QO Batalhão de Apoio e Aeroterrestre”, Brigada de Reacção Rápida, nº 24.0.28.
- CEME (2006). “QO 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista”, Brigada de Reacção Rápida, nº 24.0.21.

- CEME (2006). “QO 1º Companhia de Comandos”, Brigada de Reacção Rápida, nº 24.0.23.
- CEME (2006). “QO 2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista”, Brigada de Reacção Rápida, nº 24.0.22
- CEME (2006). “QO 2º Companhia de Comandos”, Brigada de Reacção Rápida, nº 24.0.24.
- CEME (2006). “QO Forças de Operações Especiais”, Brigada de Reacção Rápida, nº 24.0.25.
- CEME (2007). “Âmbito de Actuação, Missões e tarefas das Unidades de Tropas Especiais”, Directiva 90/CEME, Março, 2-33.
- CHAMBEL, Fernando (2008). “Criminalidade Organizada, Terrorismo e Intelligence na Era da Globalização”, in *Jornal da Defesa*, Internet: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=545, Consultado em: 13 de Abril de 2011 às 10.30h.
- CHIARELLI, Peter (2005). “Winning the Peace: The Requirement for Full-Spectrum Operations”, in vários, *Military Review*, US Army, Julho/Agosto. EUA, 4-14.
- DEMPSEY, Martin (2010). “U.S. Army Training and Doctrine, in Fires, Department of the Army”, PB644-10-2, Março/Abril. EUA, p. 1-2.
- DEPARTMENT OF ARMY (2002). “Tactics, Techniques, and Procedures for the Division Support Battalion”, Maio, cap. 10, 18.
- DRAGNICH, Alex (1993), “The West’s Mismanagement of the Yugoslav Crisis”, in vários, *World Affairs*, volume 156, nº 2, p. 53-64.
- EPI (2001). “Princípios das Operações à Paz”, Escola Prática de Infantaria - Operações de Apoio à Paz, Dezembro, cap. 2.
- EPI (2010). “Metralhadoras Ligeiras”, Slides do TPOI10/11.
- EU (2008). “EU Battlegroup Preparation Guide”, *Council of the European Union*, Setembro, Brussels, Belgica.
- EXÉRCITO PORTUGÊS (2005). “Regulamento de Campanha – Operações”, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS (2011). “Organização da Brigada de Reacção Rápida”, in vários, *Exército Português*, internet: <http://www.exercito.pt/sites/BrigRR/Paginas/default.aspx>.
- FAP (2011). “Lockheed C-130 H”, in vários, *Força Aérea Portuguesa*, internet: <http://www.emfa.pt/www/aeronavesdetalhe.php?lang=pt&cod=c130>. Consultado em 22 de Julho de 2011 às 17:00h.

- FORTE (2011). “Mapa do Afeganistão”, in internet: Fonte: <http://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2009/10/ISAF-no-Afeganist%C3%A3o.jpg>. Consultado em: 18 de Junho de 2011, às 12h00.
- GRUBBS, Lee (2005). “Is There a Deep Fight in a Counterinsurgency”, in vários, *Military Review*, US Army, Julho/Agosto. EUA, p. 28-31. Consultado em 10 de Maio de 2011.
- HALVERSON, David (2010). “Adaptable Fires: Making a Flexible Fires Force for the Future”, in vários, *Fires*, Department of the Army, PB644-10-2, Março/Abril, EUA.
- HOFFMAN, Frank (2010). “Theory of War and Strategy”, *The US Army War College Guide*, Bartholomess Jr Editor, 4ª Edição, EUA. Consultado em 12 de Março 2011.
- HUNTINGTON, Samuel (2003). “The Clash of Civilizations”, *Foreign Affairs Review*, 72º Volume, nº3, Maio, Nova York, p. 2.
- IAEM (2006). “Operações de Resposta a Crises”, *Instituto Altos Estudos Militares ME 20-77-06*, Julho, p. 1-41.
- ISRAEL (2011). “Galil”, internet: www.israeli-weapons.com/weapons/small_arms/galil/galilar_b.jpg. Consultado em 28 de Julho de 2011, às 13h30.
- METZ, Seven (2000). “Armed Conflict in the 21st Century: the Information Revolution and Post-Modern Warfare”, *US Army War College*, Carlisle, Estados Unidos da América.
- ONU (2006). Government – “Afghan Bonn Ageement”, Fevereiro.
- OTAN (2005). “Operational considerations of Non-Article 5 Crises Response Operations”, AJP-3.4 Non-Article 5 Crisis Response Operations, Março. Cap. 2, 7-11.
- OTAN (2005). “Other Non-Article 5 Crisis Response Operations and Tasks, AJP-3.4 Non-Article 5 Crisis Response Operations”, Março. cap. 4, 1-8.
- OTAN (2005). “Overview of Non-Article 5 Crisis Response Operations, AJP-3.4 Non-Article 5 Crisis Response Operations”, Março. Cap. 1, 1-2.
- OTAN (2010). “AAP-6 – NATO Glossary of terms and definitions”, *NATO Standardization Agency*, Março.
- OTAN (2010). “Final Capabilities statements”, NATO Land Forces, Junho, p. 49-62.
- PDE 5.00 (2007). “PDE 5.00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão”, Comando da Instrução e Doutrina, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa
- PINHEIRO, Álvaro (2007). “O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular”, in vários, *MAMASUME*, Revista da Associação de Comandos, nº 68, II série, Julho/Dezembro, Lisboa, 56-63.
- PINHEIRO, Álvaro (2010). “Israel, Hezbollah e o conflito assimétrico”, Brasil.

- QUIVY, Raymond (2008). “Manuel de Investigação em Ciências Sociais”, Editora Gradiva, Lisboa.
- RAMONET, Ignacio (2002). “Guerras do Século XXI”, Campo das Letras-Editores, SA, (1ª ed), Porto.
- RASMUSSEN, Anders (2010). “Meeting on Afghanistan With Heads of State and Government”, in OTAN, Internet: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_68723.htm?selectedLocale=en. Consultado em: 12 de Maio de 2011, às 10h00.
- RODRIGUES, Alexandre (2010). “As Novas Missões NATO”, in *Jornal da Defesa*, Internet: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=
- RODRIGUES, Alexandre (2011). “A Evolução da Postura Estratégica da NATO”, in *Jornal da Defesa*, internet: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteúdos>.
- ROE, Andrew (2005). “To Create a Stable Afghanistan: Provisional Reconstruction Teams, Good Governance, and Splash oh History”, in vários, *Military Review*, US Army, Novembro/Dezembro. EUA, 20-26.
- ROMANÑACH, Alejandro (2010). “Praticando el Enfoque Global, o Comprehensive Approach”, in vários, *Ejercito de Tierra Español*, nº 834, Outubro, Espanha, 82-89.
- ROMERO, Francisco (2007). “O Conflito em Kosovo na Explicação Antropológica e Psicológica”, Três Lagoas-MS, São Paulo.
- RUIVO, Martins (2007). “O Treino Operacional da Companhia de Comandos”, in vários, *ADAGA*, Revista do Centro de Tropas Comandos, Nº1, Junho, Lisboa, 8-11.
- SANTO, Gabriel (2009). “Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973”, in vários, *Revista Militar*, Internet: <http://www.revistamilitar.pt>. Consultado em: 22 de Junho de 2011, às 22h00.
- SANTOS, (2010), “ROE”, Exercício TriBlockWar TPOI10/11
- SARMENTO, Manuela (2008). “Guia Prático Sobre Metodologia Científica”, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL (1963), “Acção Psicológica III”, Ministério de Exército, 3ª Repartição, Lisboa, 6-7.
- SMITH, Rupert (2005). “The Utility of Force – The Art of War in the Modern World”, Penguin Books, Londres.
- TDVPRODUÇÕES (2011). “Mapa do Kosovo”, in internet: Fonte: <http://ocomprimido.tdvproducoes.com/wpcontent/uploads/2011/04/balc%C3%A3s+mapa.gif>. Consultado em: 12 de Junho de 2011, às: 15h00.
- UE (2005). “EU Battlegroups”, *EU Council Scretary*, Novembro, p.1.
- US ARMY (1994). “Annex A, ROE Card”, FM 100-23 Peace Operations, Dezembro, p.95-96. Consultado em 10 de Março de 2011 às 11:00h.

- US ARMY (1994). “Fundamentals of Peace Operations”, FM 100-23 Peace Operations, Dezembro, 1-17.
- US ARMY (2003). “Peace OPS, Multi-Service Tactics, Techniques, and Procedures for Conducting Peace Operations”, FM 3-07.31, cap. 5, 1-8.
- US ARMY (2005). “Fundamentals of Low Intensity Conflic”, FM 100-20, Dezembro, 1-13.
- US ARMY (2006). “Operational and Strategic Level – Ground Forces”, FM 100-63 Headquarters Department of the Army, Janeiro, cap.5, 7-13.
- VÁZQUEZ, Ramón (2010). “Embedded partnering: la Solución en Afganistán”. In vários, *Ejército de Tierra Español*, nº 834, Outubro, Espanha, 66-73.
- WOOD, Michael (2010). “Adaptable Fires: Working With Afghan National Army”, in vários, *Fires*, Department of the Army, PB644-10-2, Março/Abril, EUA.
-

LEGISLAÇÃO

- DR (2003). “Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003”, in vários, I série B Diário da República, nº 16, Janeiro, p.279-287.
- DR (2006), “Lei Orgânica do Exército”, in vários, Diário da República, I série-A, nº 57, Março.
- DR (2009). “Lei Orgânica nº 1-A/2009”, in vários, Diário da República, 2ª série, nº 86, Maio.
- DR (2009). “Artigo 46º Programação Militar”, in vários, Diário da República, 1ª série, nº 129, Julho, p.4344-(18).
- DR (2009). “Resolução do Conselho de Ministros nº 105/2009”, in vários, Diário da República, 1ª série, nº 188, Setembro, 6957.
- DR (2010). “Directiva Ministerial de Defesa 2010-2013”, in vários, Diário da República, 2ª série, nº 86, Maio, 23150-23154
- DR, (2010). “Despacho nº 7770/2010”, in vários, Diário da República, 2ª série, nº 86, Maio, 23154

ENTREVISTAS

- Coronel de Infantaria Pára-quedista Frederico Almendra, realizada em 3 de Julho de 2011.
- Tenente-Coronel de Infantaria Pára-quedista Serra Pedro, realizada em 3 de Julho de 2011.
- Tenente Infantaria Pára-quedista Nelson Inácio, realizada em 12 de Julho de 2011.
- Tenente Infantaria Comando Artur Fonseca, realizada em 24 de Julho de 2011.
- Sargento-chefe Manuel Cruz da FAP, realizada em 14 de Julho de 2011.

APÊNDICES

Apêndice A - Exemplo de Roe Card

ROE

- Autorizada a intervenção para tomar o controlo dos bens ou serviços civis para implementar as resoluções das NU.
- Permitido o disparo de tiros de aviso.
- Em caso de recusa, é permitida de veículos para busca, com força mínima.
- Autorizada a detenção de veículos e pessoas que obstruam NF e tentem entrar em áreas não autorizadas ou em motins. Autorizado o uso da força não-letal.
- Autorizada o desarmamento de indivíduos que representem uma ameaça à segurança. Uso de força não-letal.
- Permitida a detenção de forças hostis, mas após de todas as tentativas de conversação terem falhado.
- Permitida a detenção de pessoas que cometam ou pretendam cometer crimes graves.
- Permitido o uso de meios de controlo de motins, com autorização superior.
- Permitido o uso da força mínima para impedir a fuga de qualquer detido.
- Permitido o ataque contra objectivos ou forças que tenham atacado ou contribuído para um ataque.
- Quando flagelados, retirar para zona segura e informar escalão superior.
- Uso da força definido pelo cmdt da unidade.
- Após detenção, são desarmadas e removidas para os locais designados. ASAP
- Após detenção, os civis devem ser entregues às autoridades civis, ou libertados se o cmdt achar apropriado.
- Não se conduzem acções fora da Zona Tampão, inclusive perseguição.

Limitações ou proibições

- Disparar contra edifícios civis, religiosos ou do governo mesmo que usados para fins militares.
- Destruir pontes, barragens ou passagens.
- Usar armas incendiárias.
- Usar armadilhas
- Destruir edifícios civis que não tenham sido utilizados para fins militares.
- Uso de armas químicas

(Exercício ThreeBlockWar 2010)

Apêndice B - Guião de Entrevistas

Objectivo/Finalidade

Obter respostas para as hipóteses e verificar a veracidade das questões de partida, respondendo assim à questão central.

Metodologia

Entrevistas semi-directivas, conduzidas de forma livre para dar a possibilidade ao entrevistado de evoluir o raciocínio na direcção que pretende, mas dando limites para respostas concretas e precisas.

Introdução de questões de despiste para verificar a exactidão das respostas.

Tópicos chave

Armamento

Cooperação

Equipamento

Escalada de violência

Inter-operável

Materiais

Multinacional

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

Operações de Resposta à Crise (CRO)

Pessoal

Preparação

Sustentação

Treino

Entrevista Base

- 1) De uma forma sucinta poderia descrever a sua experiência nas FND? Qual o Teatro de Operações em que esteve presente e função desempenhada?
- 2) Durante a preparação da sua unidade para a FND conseguiu colmatar todas as lacunas?
- 3) Quais foram as maiores dificuldades na preparação e quais as metas que não foram totalmente atingidas?
- 4) Sente que a sua Unidade foi bem preparada para a missão? Se o cenário se alterasse (aumento da violência por exemplo), mantinha a mesma opinião?
- 5) Considera que o treino realizado durante o aprontamento foi suficiente para preparar os nossos militares?
- 6) O treino executado pelos nossos militares, durante e após a frequência dos cursos, é suficiente para atingir um elevado grau de excelência?
- 7) Que matérias deveriam ser incluídas nos cursos e no aprontamento das FND para o treino ser de excelência?
- 8) Considera que a sua unidade está preparada para cumprir missões de Contra-Terrorismo e Contra-subversão? Porquê?
- 9) Ao chegar ao TO sentiu dificuldades em se adaptar à realidade encontrada? A que se ficou a dever essas dificuldades ou a falta delas?
- 10) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para a missão? Quais foram os principais factores que influenciaram a força?

- 11) O material e equipamento utilizado pelas nossas Unidades nas FND's é o indicado? Porquê?
- 12) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para colaborar com outras Unidades multinacionais?
- 13) Os meios utilizados pela sua Unidade eram compatíveis e interoperáveis com os meios das restantes forças multinacionais?
- 14) Quais as Unidades com quem realizou operações? Com quais sentiu mais dificuldade em trabalhar? A que se ficou a dever essas dificuldades?
- 15) Considera que a sua Unidade está preparada para desempenhar qualquer tipo de missão que lhe for atribuída?
- 16) Qual seria o período de tempo máximo que a sua unidade conseguiria operar independentemente?
- 17) Considera que seria possível a sua unidade ser totalmente abastecida por uma outra força estrangeira? Mesmo com as diferentes equipamentos e materiais?
- 18) Em suma, considera que a sua unidade está apta para desempenhar qualquer tipo de missão, em qualquer local e a qualquer altura?
- 19) Se essa missão for uma CRO, e de uma simples manifestação se desencadear um confronto violento, considera que a sua unidade estará apta a lidar com a situação? A que se deve essa situação?
- 20) Considera que as forças Portuguesas estão no mesmo "pé de igualdade" das outras forças OTAN? Quais são os principais factores intervenientes?

Apêndice C - Entrevista Coronel Almendra

- 1) De uma forma sucinta poderia descrever a sua experiência nas FND? Qual o Teatro de Operações em que esteve presente e função desempenhada?

Estive a primeira vez nos Balcãs pela Comunidade Europeia em 94/95 e fui basicamente o monitor da CE nos acordos de cessar-fogo. Fui destacado para uma United Nations Protected Area. Na última fase da missão fui negociador, durante a Operação Storm.

A segunda vez foi na KFOR 4, em 2001 fui chefe de secção de informações e na KFOR, especificamente acabei como analista na área de Intel.

A terceira vez foi no Afeganistão como Tenente-Coronel, em 2004-2005, e trabalhei na secção de planos para o planeamento das eleições do presidente Karzai. Fui o responsável pela ligação com o ministério da administração interna e defesa.

Do ponto de vista militar os aspectos de segurança eram relevantes e complicados, que começava nos locais de voto e acabava no transporte dos votos.

A 4ª missão foi no Iraque, como Coronel, e fui mentor do chefe de gabinete de situação do 1º ministro al-Malik, e nessa qualidade tinha de ajudar a coordenação dos 14 ministérios. Tendo em conta desastres ambientais, êxodos, poluição, entre outras.

- 2) Durante a preparação da sua unidade para a FND conseguiu colmatar todas as lacunas?

Claro que não. Isso é impossível, mas já vi alguns pequenos milagres. O esforço que é realizado, por nós, militares, permite colmatar quase todas as falhas.

- 3) Quais foram as maiores dificuldades na preparação e quais as metas que não foram totalmente atingidas?

Foram de vária ordem, mas de uma forma geral não existiu uma preparação para a missão adequada, pois a realidade encontrada nos TO's foi sempre

diferente. Existem algumas disfuncionalidades na articulação entre o Ramo Exército e o EMGFA, que durante a fase de aprontamento é apenas visível, mas que depois, durante a missão é fácil verificar essa situação, sentindo-se por vezes algum sentimento de abandono. Diria que na altura não tínhamos o sistema montado, não estávamos em condições de conduzir o poder militar na política externa portuguesa. Mas eu comecei em 94, agora tenho a ideia que as coisas estão bem diferentes.

4) Sente que as Unidades vão bem preparada para as missões?

Sim, não posso dizer que as Unidades vão mal preparadas, por ventura, poderia ser melhor.

Os aprontamentos normalmente atingem os seus objectivos, no entanto, existem alguns efeitos nefastos que são óbvios, que se materializam na coesão da força. Apesar disso, o trabalho realizado no terreno mostra que os militares têm cumprido todas as tarefas que lhes são atribuídas, recebendo sempre grandes elogios das outras forças presentes nos TO`s.

5) O treino executado pelos nossos militares, durante e após a frequência dos cursos, é suficiente para atingir um elevado grau de excelência?

Sim, o pessoal esforça-se muitíssimo durante o aprontamento. E os aprontamentos são muito difíceis, têm um elevado grau de exigência. Temos de ter a consciência que realizar um aprontamento com militares de várias unidades, com Técnicas Tácticas e Procedimentos diferentes, não é fácil. Claro que isto pode causar problemas na integridade e coesão da força. O nosso esforço é elevado e esta lacuna acaba por não se fazer sentir nos TO`s, porque temos recebido elogios de todas as forças internacionais.

Como somos um país com fracos recursos, acabamos por ir às unidades da FOPE retirar material orgânico para dotar as unidades que projectamos. É claro que isto vai contra a lógica e a doutrina que implementamos, que se baseia em forças permanentemente constituídas.

A pouca permanência do pessoal, não permite a transmissão de conhecimentos, técnicos e tácticos. A própria rotação de Oficiais não permite que a transmissão dos conhecimentos, passe com naturalidade.

- 6) Que matérias deveriam ser incluídas nos cursos e no aprontamento das FND para o treino ser de excelência?

Não consigo dizer neste momento que matérias estão a ser abordadas, mas, para nós Oficiais, é importante construir um treino que nos capacite a olhar para o moderno Campo de Batalha.

- 7) Considera que a sua unidade está preparada para cumprir missões de Contra-Terrorismo e Contra-subversão? Porquê?

Sim, actualmente sim, pois essas matérias são abordadas nos aprontamentos.

- 8) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para a missão? Quais foram os principais factores que influenciaram a força?

Sim, mas os aprontamentos normalmente têm a duração de seis meses de treino. Os aprontamentos algumas vezes são relativamente curtos e difíceis por incluírem militares de diferentes unidades, órgãos e estabelecimentos do Exército.

- 9) O material e equipamento utilizado pelas nossas Unidades nas FND`s é o indicado? Porquê?

Eu considero que sim, principalmente no Afeganistão. O material utilizado por estas companhias (Pára-quedistas) é a espingarda metralhadora Galil e as suas variantes. Em FND`s esta unidade tem utilizado as viaturas Blindadas PANHARD, CHAIMITE e HMMWV mas do ponto de vista orgânico esta não tem viaturas atribuídas para campanha, o que é uma limitação.

- 10) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para colaborar com outras Unidades multinacionais?

Sim, principalmente porque nós temos uma qualidade de recursos humanos extraordinária. Somos um País muito coeso e com elevado valor de missão.

11) Os meios utilizados pela sua Unidade eram compatíveis e interoperáveis com os meios das restantes forças multinacionais?

Nas FND's sim, mas falta-nos alguns apoios, a nível do apoio de combate e apoio aéreo.

12) Considera que as Unidades estão preparadas para desempenhar qualquer tipo de missão que lhe for atribuída?

No Afeganistão a QRF não tinha restrições, portanto, acredito que sim.

13) Considera que seria possível a sua unidade ser totalmente abastecida por uma outra força estrangeira? Mesmo com as diferentes equipamentos e materiais?

Claro, acontece em muitos dos TO's. Temos tido apoio de outros países a nível logístico. A realidade de outros Exércitos não é a mesma do nosso, mas ao nosso nível conseguimos adaptarmo-nos.

14) Considera que as forças Portuguesas estão no mesmo "pé de igualdade" das outras forças OTAN? Quais são os principais factores intervenientes?

Depende da comparação. Mas acredito que estamos bem classificados na OTAN. Aliás, as capacidades demonstradas pelas nossas forças, mostram que o treino executado em Portugal é de qualidade, no entanto tem algumas falhas que são colmatadas à medida que as unidades dão o feedback da sua acção.

Apêndice D - Entrevista Tenente-Coronel Serra Pedro

- 1) De uma forma sucinta poderia descrever a sua experiência nas FND? Qual o Teatro de Operações em que esteve presente e função desempenhada?

Eu era o Comandante da Força no Afeganistão, estive lá entre Julho de 2006 e em Fevereiro de 2007. Fui o 3º contingente português a ir para lá e a 1ª Força pára-quedista.

Na entrada do TO tive um problema de atraso do avião fretado, tive cerca de um mês de sobreposição com o Comandante anterior, que é o Coronel Soares. Eu estive lá à espera da tropa mais de um mês porque não tinham pedido o espaço aéreo de vários países. Esta situação foi incómoda porque a Força dos Comandos ficou retida lá enquanto a minha não chegou.

- 2) Durante a preparação da sua unidade para a FND conseguiu colmatar todas as lacunas?

Todas as lacunas, não posso dizer, mas grande parte delas, sim.

- 3) Considera que o treino realizado durante o aprontamento foi suficiente para preparar os nossos militares?

Sim, acho que é suficiente.

- 4) Considera que a sua unidade está preparada para cumprir missões de Contra-Terrorismo e Contra-subversão? Porquê?

Sim, a experiência que Portugal adquiriu durante a Guerra Colonial coloca-nos em uma posição privilegiada. Mas este tipo de combate é sempre muito complicado.

- 5) Ao chegar ao TO sentiu dificuldades em se adaptar à realidade encontrada? A que se ficou a dever essas dificuldades ou a falta delas?

Eu tive um período de sobreposição alargado, fruto do atraso do voo. E por isso não tive dificuldades, mas para a Força, foi um pouco mais complicado, porque passado 5 dias estavam a montar segurança no aeroporto de Kandahar. Não tiveram tempo para se adaptarem ao terreno.

Existem sempre lacunas. Quando chegamos ao Camp Warehouse foi necessário iniciar um curso intensivo de condução de HUMMWV e iniciou-se a aquisição de alguns equipamentos de protecção e vigilância, como as luzes direccionáveis.

- 6) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para a missão? Quais foram os principais factores que influenciaram a força?

Devo dizer que sim. Os aprontamentos são muito bons, nesse sentido.

No Afeganistão existe combate de baixa intensidade no norte, mas como éramos QRF, o Comando da ISAF aplicava-nos sempre em situações complicadas. Posso dizer que eu tive a sorte de levar a melhor Companhia para lá, porque fiquei com a que teve a melhor classificação na NRF6. Que teve um ano de treino, com seis meses de certificação nacional e seis meses de certificação internacional. Portanto, ia-mos muito bem preparados.

- 7) O material e equipamento utilizado pelas nossas Unidades nas FND's é o indicado? Porquê?

Acho que sim, pelo menos no Afeganistão.

- 8) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para colaborar com outras Unidades multinacionais?

Tendo em conta que eu pedi sempre apoio aéreo à ISAF e meios de projecção aérea. Acho que sim, que estávamos preparados.

- 9) Os meios utilizados pela sua Unidade eram compatíveis e interoperáveis com os meios das restantes forças multinacionais?

Sim, o nosso armamento é muito semelhante ao das restantes forças OTAN. As nossas MP e os Lança Granadas são iguais aos deles. A utilização das Browning nas viaturas é muito importante. Esta atitude foi importante para diminuir o risco da força, pois o deslocamento de Cabul para Kandahar era ao longo «jalalabad road» que é a única via transitável. É claro que eu tentava sempre pedir meios de projecção aérea, para distâncias maiores.

- 10) Quais as Unidades com quem realizou operações? Com quais sentiu mais dificuldade em trabalhar? A que se ficou a dever essas dificuldades?

Realizei com forças espanholas, alemãs, americanas, romenas, mas as que mais dificuldades me criaram, foram as forças afegãs. Quando realizava operações com eles era sempre crítico. É necessário supervisionar todos os seus movimentos.

- 11) Qual seria o período de tempo máximo que a sua unidade conseguiria operar independentemente?

É difícil de dizer, mas nós chegamos a realizar operações de 5 dias. A meio da operação deram-nos apoio logístico. Por isso, acho que dois ou três dias é um bom período.

- 12) Em suma, considera que a sua unidade está apta para desempenhar qualquer tipo de missão, em qualquer local e a qualquer altura?

Sim, na altura deveríamos ser uma das forças mais bem preparadas em Portugal.

13) Se essa missão for uma CRO, e de uma simples manifestação se desencadear um confronto violento, considera que a sua unidade estará apta a lidar com a situação? A que se deve essa situação?

No Afeganistão isso não é possível. Devo dizer que não colocaria a minha Força a fazer Controlo de Tumultos lá. Eles utilizam muito o “homem bomba” e por isso acho que lá só existe uma forma de fazer as coisas. Qualquer alteração de cenário é puramente especulativa.

14) Considera que as forças Portuguesas estão no mesmo “pé de igualdade” das outras forças OTAN? Quais são os principais factores intervenientes?

Quando cheguei fui logo realizar uma operação em Kandahar, montar segurança ao aeroporto. Fomos substituir os romenos, que tinham armamento ligeiro nas torres. Quando lá chegamos e colocamos as Browning`s os insurgentes colocaram-se a distâncias superiores. Antes lançavam os rackets a cerca de 500 metros das torres, mas quando verificaram o armamento que lá colocamos, aumentaram a distância para cerca de 1000 metros.

Tive outra projecção para Farah, no RC-West, perto do Irão. Essa FOB americana, está a cerca de 40 km da fronteira e tem uma pista curva em terra batida. A projecção foi realizada de avião e realizámos várias operações. Duas das mais significativas foram as operações de Cerco e Busca que eram executadas em coordenação com as autoridades locais e com unidades Norte-americanas. A coordenação com as unidades Norte-americanas era simples, pois a doutrina é OTAN, mas a coordenação com as autoridades locais eram difícil, porque a sua capacidade militar não era credível.

Por isso creio que estamos no mesmo pé de igualdade. Não temos os mesmos meios, mas somos bons com aquilo que temos.

Apêndice E - Entrevista Tenente Inácio

- 1) De uma forma sucinta poderia descrever a sua experiência nas FND? Qual o Teatro de Operações em que esteve presente e função desempenhada?

Estive no Kosovo por duas vezes, na primeira como Comandante de pelotão e na segunda como 2º Comandante de Companhia. Todas com o 1º BIPara.

- 2) Durante a preparação da sua unidade para a FND conseguiu colmatar todas as lacunas?

Todas as lacunas não. Ficam sempre alguns pormenores que só no TO é possível resolver. Mas de um ponto de vista geral e abrangente, sim.

- 3) Quais foram as maiores dificuldades na preparação e quais as metas que não foram totalmente atingidas?

Bem, isso é difícil de responder. A intensidade do treino é muito elevada e isso causa algum stress nos homens. Acho que esse era o grande problema para os homens.

- 4) Sente que a sua Unidade foi bem preparada para a missão? Se o cenário se alterasse (aumento da violência por exemplo), mantinha a mesma opinião?

Os treinos realizados são bastante completos, tanto ao nível de CRC como ao nível de combate em Áreas Edificadas.

- 5) O treino executado pelos nossos militares, durante e após a frequência dos cursos, é suficiente para atingir um elevado grau de excelência?

Eu considero que não, mas as opiniões são muito divergentes.

- 6) Que matérias deveriam ser incluídas nos cursos e no aprontamento das FND para o treino ser de excelência?

Considero que ainda estamos muito atrasados no C-IED. Este tipo de matéria devia ser melhor abordada.

- 7) Ao chegar ao TO sentiu dificuldades em se adaptar à realidade encontrada? A que se ficou a dever essas dificuldades ou a falta delas?

A principal dificuldade foi a língua, que é muito difícil para nós, portugueses. Colmatávamos isso, com a inclusão de tradutores.

- 8) O material e equipamento utilizado pelas nossas Unidades nas FND`s é o indicado? Porquê?

Não considero que o armamento fosse o mais indicado, pois a G3 tem um calibre elevado. O restante material, considero que estava apto para as nossas missões.

- 9) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para colaborar com outras Unidades multinacionais?

Sim, sem dúvida. Acho que é algo inerente ao próprio povo português. Nós somos muito comunicativos e conseguimos sempre arranjar soluções para os problemas.

- 10) Os meios utilizados pela sua Unidade eram compatíveis e interoperáveis com os meios das restantes forças multinacionais?

Acho que sim, nunca tivemos problemas.

11) Considera que a sua Unidade está preparada para desempenhar qualquer tipo de missão que lhe for atribuída?

Com o treino adequado, sim. Neste momento não. Existem missões muito específicas, que necessitam de um treino muito preciso.

12) Qual seria o período de tempo máximo que a sua unidade conseguiria operar independentemente?

24 Horas, já foram testadas. Mas penso que seria possível executar algumas operações por 2 ou 3 dias.

13) Em suma, considera que a sua unidade está apta para desempenhar qualquer tipo de missão, em qualquer local e a qualquer altura?

Somos Pára-quedistas, essa é a nossa essência.

14) Se essa missão for uma CRO, e de uma simples manifestação se desencadear um confronto violento, considera que a sua unidade estará apta a lidar com a situação? A que se deve essa situação?

Treinamos para essa situação no aprontamento, por isso considero que estamos aptos.

15) Considera que as forças Portuguesas estão no mesmo “pé de igualdade” das outras forças OTAN? Quais são os principais factores intervenientes?

Falta-nos algumas coisas. A realidade é que estamos limitados em algumas áreas, mas tendo em conta a situação económica do nosso país e a nossa dimensão... estamos a um bom nível.

Apêndice F - Entrevista Tenente Fonseca

- 1) De uma forma sucinta poderia descrever a sua experiência nas FND? Qual o Teatro de Operações em que esteve presente e função desempenhada?

Esta é a minha primeira FND, no Afeganistão. Como Força de Protecção da OMLT.

- 2) Sente que a sua Unidade foi bem preparada para a missão? Se o cenário se alterasse (aumento da violência por exemplo), mantinha a mesma opinião?

Sem dúvida. Estamos aptos a qualquer eventualidade.

- 3) Considera que o treino realizado durante o aprontamento foi suficiente para preparar os nossos militares?

Sim, o aprontamento é muito importante. Crucial para treinar TTP`s e treinar a condução de viaturas.

- 4) O treino executado pelos nossos militares, durante e após a frequência dos cursos, é suficiente para atingir um elevado grau de excelência?

Em certas áreas é suficiente. Mas para conseguirmos um elevado grau de eficiência é necessário treino suplementar. Considero que o curso de Comandos nos prepara para situações delicadas, mas sempre em um ambiente de guerra quente. Para certas situações, o treino operacional é fundamental.

- 5) Que matérias deveriam ser incluídas nos cursos e no aprontamento das FND para o treino ser de excelência?

É difícil definir quais as matérias que deveriam estar incluídas nos cursos, pois estes têm uma duração relativamente curta.

Nos aprontamentos, diria que a inclusão de novas matérias é muito difícil, pois o encargo operacional já abrange a grande maioria das áreas.

- 6) Ao chegar ao TO sentiu dificuldades em se adaptar à realidade encontrada? A que se ficou a dever essas dificuldades ou a falta delas?

Acho que foram as dificuldades normais. É difícil sair de Portugal para um TO a 10.000 km e não existirem problemas. Mas considero que não existiu nada com gravidade.

- 7) O material e equipamento utilizado pelas nossas Unidades nas FND`s é o indicado? Porquê?

Eu considero que sim. A minha experiência é relativa, mas no Afeganistão, posso dizer que são adequados. Apesar de a G3 ser uma arma antiga, ela é eficaz e também permite algum efeito dissuasor. A inclusão dos lança granadas automáticos e das metralhadoras pesadas é uma mais valia para a nossa segurança, pois o stand off range aumenta.

- 8) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para colaborar com outras Unidades multinacionais?

Claramente. A experiência portuguesa neste TO já é elevada. Talvez na abertura do TO fosse difícil, mas neste momento não existe qualquer dificuldade.

9) Quais as Unidades com quem realizou operações? Com quais sentiu mais dificuldade em trabalhar? A que se ficou a dever essas dificuldades?

A maior dificuldade é com as forças Afegãs. Eles não têm o mesmo conceito de militar que nós. São um povo diferente e têm a sua forma de trabalhar, que é diferente da ocidental. Mas com as forças OTAN, não existem dificuldades de maior. Outros Oficiais referem as dificuldades de trabalhar com as tropas turcas, mas até ao momento não tenho razões para criticar a sua actuação.

10) Considera que a sua Unidade está preparada para desempenhar qualquer tipo de missão que lhe for atribuída?

Sim. Tivemos um treino completo.

11) Qual seria o período de tempo máximo que a sua unidade conseguiria operar independentemente?

Missão dada, é missão cumprida. Mas creio que 72 Horas é um tempo exequível.

12) Considera que as forças Portuguesas estão no mesmo “pé de igualdade” das outras forças OTAN? Quais são os principais factores intervenientes?

Sim, estão. É claro que ao nosso nível, não nos podemos comparar com os Estados Unidos ou com os Ingleses. Eles têm mais homens no TO, é natural que tenham um apoio diferente.

Apêndice G - Entrevista Sargento-chefe Cruz

- 1) De uma forma sucinta poderia descrever a sua experiência nas FND? Qual o Teatro de Operações em que esteve presente e função desempenhada?

Estive em vários TO “ Bósnia, Kosovo, Afeganistão”. Das 08 vezes que estive nestes teatros de operações, sempre desempenhei a mesma função Laser Target Operator, incorporado no TACP. Enquanto na Bósnia e no Kosovo o nosso TACP só dependia logisticamente das FND, ficando a parte operacional na dependência da Brigada. Claro que esta dependência da Brigada só aconteceu porque as nossas FND não estava preparada para trabalhar com o TACP. No Afeganistão tudo se alterou e as nossas FND exigiram a presença do TACP. Nesta altura ficamos totalmente dependentes, tanto a nível logístico, como a nível operacional. Ficando reconhecido de uma vez por todas a importância do poder aéreo, nos To actuais, em que as ameaças evoluem a cada hora que passa.

- 2) Durante a preparação da sua unidade para a FND conseguiu colmatar todas as lacunas?

A preparação a nível técnico do TACP foi sempre encarada com prioritário e de máxima importância. A nível de equipamentos sempre fomos para os TO com o que, de melhor existia a nível NATO. A nível da preparação conjunta, (aprontamento em Portugal) nunca foi considerado prioritário pelos nossos Comandantes e normalmente quando acontecia era na última semana ou muito parecido.

- 3) Quais foram as maiores dificuldades na preparação e quais as metas que não foram totalmente atingidas?

Dificuldade de encontrar consensos, de modo a conjugar a preparação conjunta e a operacional do TACP. A preparação do TACP implica missões com aeronaves e por vezes conjuga-los com as missões de preparação não era fácil, se não existir um comando conjunto, de modo a unir esforços. As

metas normalmente não alcançadas eram a nível tático, como normalizar procedimentos e movimentos táticos.

4) Sente que conseguiu desempenhar a sua missão da forma esperada?

Sim porque a nível técnico sempre estivemos bem preparados, até porque as equipas tem de estar sempre qualificadas e também os procedimentos em exercício são os mesmos que em combate, modéstia á parte sempre fomos considerados dos melhores TACP nos TO por onde fomos passando.

5) Considera que o treino realizado durante o aprontamento foi suficiente para o preparar?

Falta a componente de trabalho em conjunto. Porque qualquer Força militar, só tem sucesso se souber trabalhar em conjunto. Para isso, cada um tem de saber qual é o seu lugar e o seu papel. Quando isto acontece só tem de se criar rotinas de modo a facilitar a capacidade de resposta.

6) Ao chegar ao TO sentiu dificuldades em se adaptar à realidade encontrada? A que se ficou a dever essas dificuldades ou a falta delas?

Por vezes não é fácil mas cada militar tem de saber conviver com isso da melhor maneira e superar muito rapidamente as diferenças encontradas. Por vezes o militar não é totalmente informado da realidade no Teatro, por outro lado a falta de informação sobre a cultura, costumes, religião e outras, que para nós são normais, mas para eles são ofensas graves.

7) O material e equipamento utilizado pelas nossas Unidades nas FND`s é o indicado? Porquê?

Agora já vai sendo, pois nesta altura já enviamos equipas avançadas” Advance team” para estudar as necessidades e por sua vez para adequar materiais e equipamentos á realidade.

8) Sentiu que a sua Unidade estava preparada para colaborar com outras Unidades multinacionais?

As NT neste momento começam a não dever nada a nível operacional em relação às forças internacionais amigas. No entanto não podemos parar e devemos estar sempre atentos a tudo o que de melhor se faz a nível das forças internacionais. Devemos saber aproveitar aquilo que traga mais-valias para as NT.

9) Os meios utilizados pela sua Unidade eram compatíveis e interoperáveis com os meios das restantes forças multinacionais?

A NATO está sempre a tentar normalizar procedimentos, de modo a tirar partido das compatibilidades, tanto das tropas como dos meios utilizados. No entanto não poderemos esquecer os interesses nacionais que por vezes condicionam esse esforço. Mas não temos dúvidas que o caminho certo é o da normalização. Nós normalmente, não temos esse problema, pois somos um país comprador e quando o fazemos é a países da mesma organização.

10) Quais as Unidades com quem realizou operações? Com quais sentiu mais dificuldade em trabalhar? A que se ficou a dever essas dificuldades?

A verdade é por vezes cruel, mas as unidades que tive mais dificuldades em trabalhar foi com unidades portuguesas. A mensagem parece que não passa com a mesma facilidade. Mas enfim melhorou no Afeganistão. Nesse TO já se notou que a convergência entre o poder terrestre e o aéreo é o caminho certo e o mais eficaz. Melhora a capacidade de resposta e torna-a mais eficaz reduzindo o número de baixas nas NT. As unidades Pára-quedistas estavam mais sensibilizadas para este tipo de missões conjuntas. No entanto trabalhei na minha última missão com uma unidade de comandos e gostei do que vi. Melhoraram e já estão familiarizados com a componente aérea e quando têm dúvidas vão perguntar.

No entanto o maior senão, não é a nível operacional ou logístico, mas sim a nível linguístico. Temos de nos preocupar em dar formação em Inglês de modo estar familiarizados com todos os procedimentos.

ANEXOS

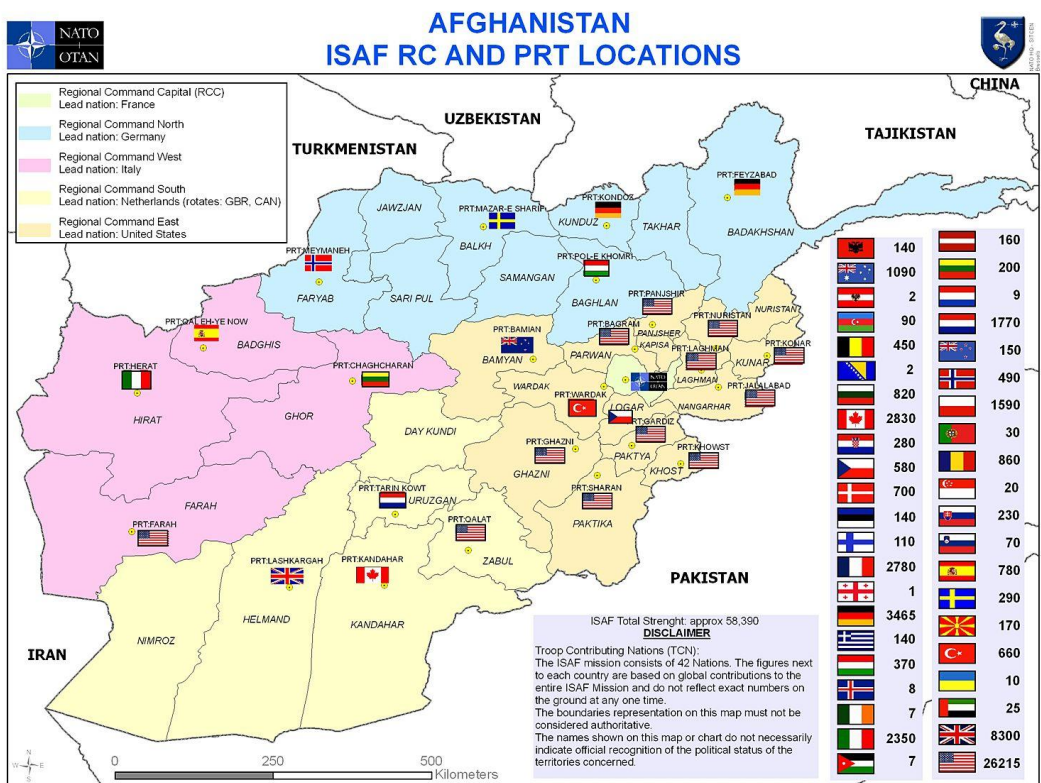
Anexo A – Mapas dos Balcãs e do Afeganistão

Mapa dos Balcãs



Fonte: tdvproduções, 2011

Mapa do Afeganistão



Fonte: Forte, 2011

Anexo B - REGRAS DE EMPENHAMENTO (ROE)

Missão

A sua missão é apoiar na manutenção de um ambiente seguro para o Governo do Afeganistão (**GOA**) no contexto da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas Nº 1386 seguido das Resoluções 1444 e 1510. Você não está em guerra. Você está autorizado a empregar a força apenas de acordo com as as Regras de Empenhamento (Rules Of Engagement – **ROE**), definidas no TO do AFEGANISTÃO, para a ISAF.

Legítima Defesa

Tem o direito de empregar a força necessária e proporcional, incluindo a força letal, para a auto-defesa, defesa de outras forças da ISAF e pessoas sob a sua protecção de um ataque ou ataque iminente.

ROE para as Operações Terrestres

ROE 102

- É autorizada a entrada em território e espaço aéreo do Afeganistão para cumprimento das missões.

ROE 132

- É autorizado o uso da força mínima, para evitar a detenção ou captura de aeronaves, viaturas ou propriedade da ISAF.

ROE 133

- É autorizado o uso da força mínima, para evitar a detenção ou captura de propriedade essencial para a missão, ou propriedade com estatuto especial da ISAF.

ROE 151

- É autorizado fazer avisos para aeronaves, viaturas ou pessoal, quando necessário para a execução da missão.

ROE 161

- É autorizado a mudança de destino para aeronaves, viaturas ou pessoal, quando necessário para a execução da missão.

ROE 162

- É autorizado o uso da força mínima, para efectuar mudança de destino para aeronaves, viaturas ou pessoal, quando necessário para a execução da missão.

ROE 174

- É autorizado o uso da força mínima para entrar em propriedade não pertencente à ISAF quando tal for necessário para a execução da missão. A entrada inclui o direito de revista (busca).

ROE 183

- É autorizado o uso da força mínima, para deter pessoal que se constitui uma ameaça para a missão ou quando a detenção for imperativo para o cumprimento da missão. A detenção de pessoal inclui o direito de desarmar e revistar. A detenção é temporária e ocorre durante o tempo que o Cmdt da força presente considere necessário e até o pessoal detido ser transferido para as forças afegãs, forças da ISAF ou seja libertado.

ROE 184

- É autorizado o uso da força mínima, para deter aeronaves, viaturas e respectivas guarnições que se constitui uma ameaça para a missão ou quando a detenção for imperativo para o cumprimento da missão. A detenção é temporária e ocorre durante o tempo que o Cmdt da força presente considere necessário e até ser transferido para as forças afegãs, forças da ISAF ou seja libertado.

ROE 185

- É autorizado o uso da força mínima, para confiscar armamento, munições, ou outro equipamento similar na posse de pessoal não autorizado.

ROE 222

- É autorizada a utilização de iluminantes ou de sistemas de iluminação.

ROE 232

- Antes de bater um alvo pelo fogo deve proceder-se à sua identificação visualmente ou por qualquer meio seguro de observação não requerendo uma resposta positiva do alvo.

ROE 281

- É autorizada a utilização de qualquer tipo de sistemas de designação de alvos, lazer ou não.

ROE 321

- É autorizada a utilização de agentes e meios de controlo de tumultos, onde for necessário para o cumprimento da missão.

ROE 331

- É autorizado o uso da força mínima, para evitar interferências na missão, ou com pessoal da ISAF durante a condução de operações.

ROE 332

- É autorizado o uso da força mínima, para defender pessoal não pertencente á ISAF, de qualquer acto que possa colocar em perigo a sua vida ou causar ferimentos graves.

ROE 333

- É autorizado o uso da força mínima, para impedir o apropriação ou a destruição de propriedade essencial à missão da ISAF, ou propriedade com estatuto especial.

ROE 334

- É autorizado o uso da força mínima, para defender contra intrusos as áreas militares restritas, ou outras áreas designadas pelo COMISAF.

ROE 335

- É autorizado o uso da força mínima, para impedir a fuga de pessoal detido.

ROE 336

- É autorizado o uso da força mínima, para assegurar a libertação de pessoal, aeronaves, viaturas ou instalações da ISAF, após a sua captura ou detenção.

ROE 338

- É autorizado o uso da força mínima, para assegurar a libertação ou extracção de pessoas com estatuto especial.

ROE 339

- É autorizado o uso de CAS (apoio aéreo próximo) em apoio ou defesa de pessoal da ISAF, ou de pessoas com estatuto especial ou em cumprimento de missão.

ROE 352

- É autorizado o uso de tiro indirecto e de sistemas de armas colectivas.

ROE 374

- É autorizada a utilização sem limitações de contra-medidas electrónicas.

ROE 421

- É autorizado o ataque a indivíduos ou grupos que demonstrem intenções hostis (não constituindo ataque iminente), contra forças da ISAF.

ROE 422

- É autorizado o ataque a indivíduos ou grupos que cometam ou contribuam directamente para acto hostil (não constituindo ataque), contra forças da ISAF.

ROE 423

- É autorizado o ataque a pessoal que demonstre intenções hostis (não constituindo ataque iminente), contra pessoal com estatuto especial.

ROE 424

- É autorizado o ataque a indivíduos ou grupos que cometam ou contribuam directamente para acto hostil (não constituindo ataque), contra pessoas com estatuto especial.

• ROE 429

a. É autorizado o ataque a indivíduos, forças ou grupos que resistam à ISAF na sua missão de facilitar a implementação da autoridade legal do governo afegão para garantir a segurança e estabilização do Afeganistão, por ameaça realista e identificável do uso da força ou uso efectivo da força.

b. É autorizado o ataque a indivíduos, forças ou grupos que desafiem a completa e desimpedida liberdade de movimento da ISAF por ameaça realista e identificável do uso da força ou uso efectivo da força.

Procedimentos de Aviso

a. Sempre que a situação permita deverá ser emitido um aviso antes de se abrir fogo. Exemplos de situações que não permitirão acções de aviso são, mas não se limitam a: - Quando se encontra sob ataque;

- Quando um aviso aumenta o risco de morte ou ferimento grave para si ou qualquer pessoa.

b. O aviso deverá ser em inglês:

"ISAF! STOP OR I WILL FIRE!"

**ou em Pashtu:
"ISAF! TIBIDI!"**

c. Repetir os avisos tantas vezes quantas possível para que a mensagem seja percebida, ou, se a mensagem for ignorada, empregar a força necessária para que a pessoa respeite as suas instruções.

d. Tiros de aviso Se a pessoa não parar ou cessar a acção em execução o **on-scene commander** ou indicações emitidas poderão permitir a execução de tiros de aviso.

Requisitos do Emprego da Força

a. Todos os esforços deverão ser feitos para evitar danos colaterais;

b. Caso tenha de ser aberto fogo:

- Não deverão ser disparados mais tiros do que o necessário;
- Tomar todas as precauções razoáveis para não atingir mais pessoas do que aquelas que constituem o alvo;
- Tomar todas as precauções razoáveis para não se destruir propriedade desnecessariamente;
- Parar o fogo tão cedo quanto a situação o permitir, estabelecer segurança à área e assistir os feridos.

Outras Indicações

a. Pessoas detidas deverão ser tratadas de acordo com as NEP em vigor.

b. Apesar das possibilidades logísticas condicionarem a rapidez da transferência de pessoas detidas, estas não se deverão manter nessa situação por períodos superiores a 96 horas.

c. Deverá ser reportada qualquer situação resultante numa detenção, ou envolvendo o emprego da força letal, incluindo a execução de tiros de aviso ou emprego de meios de controlo de tumultos, dos quais resulte ou não baixas.

d. É proibido o uso da força para efeitos de punição.

e. Tratar todas as pessoas, incluindo detidos, com respeito e dignidade. Muitos civis tiveram experiências negativas com militares e o seu comportamento é **ESSENCIAL** para o cumprimento da missão.

f. Assegure-se que actua profissionalmente e cumpre o seguinte:

- Respeitar os costumes sociais e religiosos locais;
- Não demonstrar favoritismo por qualquer grupo étnico em particular;
- Demonstrar cortesia na execução dos diversos deveres;
- Não se apossar de propriedade privada sem autorização;
- É proibido apossar-se de "troféus".

Fonte: Santos, 2010

Anexo C - Acordos de Bonn

Government - Afghan Bonn Agreement

See also Political Sites

AGREEMENT ON PROVISIONAL ARRANGEMENTS IN AFGHANISTAN PENDING THE RE-ESTABLISHMENT OF PERMANENT GOVERNMENT INSTITUTIONS

The participants in the UN Talks on Afghanistan,
In the presence of the Special Representative of the Secretary-General for Afghanistan,
Determined to end the tragic conflict in Afghanistan and promote national reconciliation, lasting peace, stability and respect for human rights in the country,
Reaffirming the independence, national sovereignty and territorial integrity of Afghanistan,
Acknowledging the right of the people of Afghanistan to freely determine their own political future in accordance with the principles of Islam, democracy, pluralism and social justice,
Expressing their appreciation to the Afghan mujahidin who, over the years, have defended the independence, territorial integrity and national unity of the country and have played a major role in the struggle against terrorism and oppression, and whose sacrifice has now made them both heroes of jihad and champions of peace, stability and reconstruction of their beloved homeland, Afghanistan, *Aware* that the unstable situation in Afghanistan requires the implementation of emergency interim arrangements and expressing their deep appreciation to His Excellency Professor Burhanuddin Rabbani for his readiness to transfer power to an interim authority which is to be established pursuant to this agreement, *Recognizing* the need to ensure broad representation in these interim arrangements of all segments of the Afghan population, including groups that have not been adequately represented at the UN Talks on Afghanistan, *Noting* that these interim arrangements are intended as a first step toward the establishment of a broad-based, gender-sensitive, multi-ethnic and fully representative government, and are not intended to remain in place beyond the specified period of time, *Recognizing* that some time may be required for a new Afghan security force to be fully constituted and functional and that therefore other security provisions detailed in Annex I to this agreement must meanwhile be put in place, *Considering* that the United Nations, as the internationally recognized impartial institution, has a particularly important role to play, detailed in Annex II to this agreement, in the period prior to the establishment of permanent institutions in Afghanistan, Have agreed as follows:

THE INTERIM AUTHORITY

I. General provisions

- 1) An Interim Authority shall be established upon the official transfer of power on 22 December 2001.
- 2) The Interim Authority shall consist of an Interim Administration presided over by a Chairman, a Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga, and a Supreme Court of Afghanistan, as well as such other courts as may be established by the Interim Administration. The composition, functions and governing procedures for the Interim Administration and the Special Independent Commission are set forth in this agreement.
- 3) Upon the official transfer of power, the Interim Authority shall be the repository of Afghan sovereignty, with immediate effect. As such, it shall, throughout the interim period, represent Afghanistan in its external relations and shall occupy the seat of Afghanistan at the United Nations and in its specialized agencies, as well as in other international institutions and conferences.
- 4) An Emergency Loya Jirga shall be convened within six months of the establishment of the Interim Authority. The Emergency Loya Jirga will be opened by His Majesty Mohammed Zaher, the former King of Afghanistan. The Emergency Loya Jirga shall decide on a Transitional Authority, including a broad-based transitional administration, to lead Afghanistan until such

time as a fully representative government can be elected through free and fair elections to be held no later than two years from the date of the convening of the Emergency Loya Jirga.

5) The Interim Authority shall cease to exist once the Transitional Authority has been established by the Emergency Loya Jirga.

6) A Constitutional Loya Jirga shall be convened within eighteen months of the establishment of the Transitional Authority, in order to adopt a new constitution for Afghanistan. In order to assist the Constitutional Loya Jirga prepare the proposed Constitution, the Transitional Administration shall, within two months of its commencement and with the assistance of the United Nations, establish a Constitutional Commission.

II. Legal framework and judicial system

1) The following legal framework shall be applicable on an interim basis until the adoption of the new Constitution referred to above:

i) The Constitution of 1964, a/ to the extent that its provisions are not inconsistent with those contained in this agreement, and b/ with the exception of those provisions relating to the monarchy and to the executive and legislative bodies provided in the Constitution; and

ii) existing laws and regulations, to the extent that they are not inconsistent with this agreement or with international legal obligations to which Afghanistan is a party, or with those applicable provisions contained in the Constitution of 1964, provided that the Interim Authority shall have the power to repeal or amend those laws and regulations.

2) The judicial power of Afghanistan shall be independent and shall be vested in a Supreme Court of

Afghanistan, and such other courts as may be established by the Interim Administration. The Interim Administration shall establish, with the assistance of the United Nations, a Judicial Commission to rebuild the domestic justice system in accordance with Islamic principles, international standards, the rule of law and Afghan legal traditions.

III. Interim Administration

A. *Composition*

1) The Interim Administration shall be composed of a Chairman, five Vice Chairmen and 24 other members. Each member, except the Chairman, may head a department of the Interim Administration.

2) The participants in the UN Talks on Afghanistan have invited His Majesty Mohammed Zaher, the former King of Afghanistan, to chair the Interim Administration. His Majesty has indicated that he would prefer that a suitable candidate acceptable to the participants be selected as the Chair of the Interim Administration.

3) The Chairman, the Vice Chairmen and other members of the Interim Administration have been selected by the participants in the UN Talks on Afghanistan, as listed in Annex IV to this agreement. The selection has been made on the basis of professional competence and personal integrity from lists submitted by the participants in the UN Talks, with due regard to the ethnic, geographic and religious composition of Afghanistan and to the importance of the participation of women.

4) No person serving as a member of the Interim Administration may simultaneously hold membership of the Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga.

B. *Procedures*

- 1) The Chairman of the Interim Administration, or in his/her absence one of the Vice Chairmen, shall call and chair meetings and propose the agenda for these meetings.
- 2) The Interim Administration shall endeavour to reach its decisions by consensus. In order for any decision to be taken, at least 22 members must be in attendance. If a vote becomes necessary, decisions shall be taken by a majority of the members present and voting, unless otherwise stipulated in this agreement. The Chairman shall cast the deciding vote in the event that the members are divided equally.

C. *Functions*

- 1) The Interim Administration shall be entrusted with the day-to-day conduct of the affairs of state, and shall have the right to issue decrees for the peace, order and good government of Afghanistan.
- 2) The Chairman of the Interim Administration or, in his/her absence, one of the Vice Chairmen, shall represent the Interim Administration as appropriate.
- 3) Those members responsible for the administration of individual departments shall also be responsible for implementing the policies of the Interim Administration within their areas of responsibility.
- 4) Upon the official transfer of power, the Interim Administration shall have full jurisdiction over the printing and delivery of the national currency and special drawing rights from international financial institutions. The Interim Administration shall establish, with the assistance of the United Nations, a Central Bank of Afghanistan that will regulate the money supply of the country through transparent and accountable procedures.
- 5) The Interim Administration shall establish, with the assistance of the United Nations, an independent Civil Service Commission to provide the Interim Authority and the future Transitional Authority with shortlists of candidates for key posts in the administrative departments, as well as those of governors and uluswals, in order to ensure their competence and integrity.
- 6) The Interim Administration shall, with the assistance of the United Nations, establish an independent Human Rights Commission, whose responsibilities will include human rights monitoring, investigation of violations of human rights, and development of domestic human rights institutions. The Interim Administration may, with the assistance of the United Nations, also establish any other commissions to review matters not covered in this agreement.
- 7) The members of the Interim Administration shall abide by a Code of Conduct elaborated in accordance with international standards.
- 8) Failure by a member of the Interim Administration to abide by the provisions of the Code of Conduct shall lead to his/her suspension from that body. The decision to suspend a member shall be taken by a two-thirds majority of the membership of the Interim Administration on the proposal of its Chairman or any of its Vice Chairmen.
- 9) The functions and powers of members of the Interim Administration will be further elaborated, as appropriate, with the assistance of the United Nations.

IV. The Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga

- 1) The Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga shall be established within one month of the establishment of the Interim Authority. The Special Independent Commission will consist of twenty-one members, a number of whom should have

expertise in constitutional or customary law. The members will be selected from lists of candidates submitted by participants in the UN Talks on Afghanistan as well as Afghan professional and civil society groups. The United Nations will assist with the establishment and functioning of the commission and of a substantial secretariat.

2) The Special Independent Commission will have the final authority for determining the procedures for and the number of people who will participate in the Emergency Loya Jirga. The Special Independent Commission will draft rules and procedures specifying (i) criteria for allocation of seats to the settled and nomadic population residing in the country; (ii) criteria for allocation of seats to the Afghan refugees living in Iran, Pakistan, and elsewhere, and Afghans from the diaspora; (iii) criteria for inclusion of civil society organizations and prominent individuals, including Islamic scholars, intellectuals, and traders, both within the country and in the diaspora. The Special Independent Commission will ensure that due attention is paid to the representation in the Emergency Loya Jirga of a significant number of women as well as all other segments of the Afghan population.

3) The Special Independent Commission will publish and disseminate the rules and procedures for the convening of the Emergency Loya Jirga at least ten weeks before the Emergency Loya Jirga convenes, together with the date for its commencement and its suggested location and duration.

4) The Special Independent Commission will adopt and implement procedures for monitoring the process of nomination of individuals to the Emergency Loya Jirga to ensure that the process of indirect election or selection is transparent and fair. To pre-empt conflict over nominations, the Special Independent Commission will specify mechanisms for filing of grievances and rules for arbitration of disputes.

5) The Emergency Loya Jirga will elect a Head of the State for the Transitional Administration and will approve proposals for the structure and key personnel of the Transitional Administration.

V. Final provisions

1) Upon the official transfer of power, all mujahidin, Afghan armed forces and armed groups in the country shall come under the command and control of the Interim Authority, and be reorganized according to the requirements of the new Afghan security and armed forces.

2) The Interim Authority and the Emergency Loya Jirga shall act in accordance with basic principles and provisions contained in international instruments on human rights and international humanitarian law to which Afghanistan is a party.

3) The Interim Authority shall cooperate with the international community in the fight against terrorism, drugs and organized crime. It shall commit itself to respect international law and maintain peaceful and friendly relations with neighbouring countries and the rest of the international community.

4) The Interim Authority and the Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga will ensure the participation of women as well as the equitable representation of all ethnic and religious communities in the Interim Administration and the Emergency Loya Jirga.

5) All actions taken by the Interim Authority shall be consistent with Security Council resolution 1378 (14 November 2001) and other relevant Security Council resolutions relating to Afghanistan.

6) Rules of procedure for the organs established under the Interim Authority will be elaborated as appropriate with the assistance of the United Nations.

This agreement, of which the annexes constitute an integral part, done in Bonn on this 5th day of December 2001 in the English language, shall be the authentic text, in a single copy which shall remain deposited in the archives of the United Nations. Official texts shall be provided in

Dari and Pashto, and such other languages as the Special Representative of the Secretary-General may designate. The Special Representative of the Secretary-General shall send certified copies in English, Dari and Pashto to each of the participants.

For the participants in the UN Talks on Afghanistan:

Ms. Amena Afzali
Mr. S. Hussain Anwari
Mr. Hedayat Amin Arsala
Mr. Sayed Hamed Gailani
Mr. Rahmatullah Musa Ghazi
Eng. Abdul Hakim
Mr. Houmayoun Jareer
Mr. Abbas Karimi
Mr. Mustafa Kazimi
Dr. Azizullah Ludin
Mr. Ahmad Wali Massoud
Mr. Hafizullah Asif Mohseni
Prof. Mohammad Ishaq Nadiri
Mr. Mohammad Natiqi
Mr. Yunus Qanooni
Dr. Zalmay Rassoul
Mr. H. Mirwais Sadeq
Dr. Mohammad Jalil Shams
Prof. Abdul Sattar Sirat
Mr. Humayun Tandar
Mrs. Sima Wali
General Abdul Rahim Wardak
Mr. Pacha Khan Zadran

Witnessed for the United Nations by:

Mr. Lakhdar Brahimi
Special Representative of the Secretary-General for Afghanistan

ANNEX I

INTERNATIONAL SECURITY FORCE

1. The participants in the UN Talks on Afghanistan recognize that the responsibility for providing security and law and order throughout the country resides with the Afghans themselves. To this end, they pledge their commitment to do all within their means and influence to ensure such security, including for all United Nations and other personnel of international governmental and nongovernmental organizations deployed in Afghanistan.
2. With this objective in mind, the participants request the assistance of the international community in helping the new Afghan authorities in the establishment and training of new Afghan security and armed forces.
3. Conscious that some time may be required for the new Afghan security and armed forces to be fully constituted and functioning, the participants in the UN Talks on Afghanistan request the United Nations Security Council to consider authorizing the early deployment to Afghanistan of a United Nations mandated force. This force will assist in the maintenance of security for Kabul and its surrounding areas. Such a force could, as appropriate, be progressively expanded to other urban centers and other areas.
4. The participants in the UN Talks on Afghanistan pledge to withdraw all military units from Kabul and other urban centers or other areas in which the UN mandated force is deployed. It would also be desirable if such a force were to assist in the rehabilitation of Afghanistan's infrastructure.

ANNEX II

ROLE OF THE UNITED NATIONS DURING THE INTERIM PERIOD

1. The Special Representative of the Secretary-General will be responsible for all aspects of the United Nations' work in Afghanistan.
2. The Special Representative shall monitor and assist in the implementation of all aspects of this agreement.
3. The United Nations shall advise the Interim Authority in establishing a politically neutral environment conducive to the holding of the Emergency Loya Jirga in free and fair conditions. The United Nations shall pay special attention to the conduct of those bodies and administrative departments which could directly influence the convening and outcome of the Emergency Loya Jirga.
4. The Special Representative of the Secretary-General or his/her delegate may be invited to attend the meetings of the Interim Administration and the Special Independent Commission on the Convening of the Emergency Loya Jirga.
5. If for whatever reason the Interim Administration or the Special Independent Commission were actively prevented from meeting or unable to reach a decision on a matter related to the convening of the Emergency Loya Jirga, the Special Representative of the Secretary-General shall, taking into account the views expressed in the Interim Administration or in the Special Independent Commission, use his/her good offices with a view to facilitating a resolution to the impasse or a decision.
6. The United Nations shall have the right to investigate human rights violations and, where necessary, recommend corrective action. It will also be responsible for the development and implementation of a programme of human rights education to promote respect for and understanding of human rights.

ANNEX III

REQUEST TO THE UNITED NATIONS BY THE PARTICIPANTS AT THE UN TALKS ON AFGHANISTAN

The participants in the UN Talks on Afghanistan hereby

1. Request that the United Nations and the international community take the necessary measures to guarantee the national sovereignty, territorial integrity and unity of Afghanistan as well as the noninterference by foreign countries in Afghanistan's internal affairs;
2. Urge the United Nations, the international community, particularly donor countries and multilateral institutions, to reaffirm, strengthen and implement their commitment to assist with the rehabilitation, recovery and reconstruction of Afghanistan, in coordination with the Interim Authority;
3. Request the United Nations to conduct as soon as possible (i) a registration of voters in advance of the general elections that will be held upon the adoption of the new constitution by the constitutional Loya Jirga and (ii) a census of the population of Afghanistan.
4. Urge the United Nations and the international community, in recognition of the heroic role played by the mujahidin in protecting the independence of Afghanistan and the dignity of its people, to take the necessary measures, in coordination with the Interim Authority, to assist in the reintegration of the mujahidin into the new Afghan security and armed forces;
5. Invite the United Nations and the international community to create a fund to assist the families and other dependents of martyrs and victims of the war, as well as the war disabled;
6. Strongly urge that the United Nations, the international community and regional organizations cooperate with the Interim Authority to combat international terrorism, cultivation and trafficking

of illicit drugs and provide Afghan farmers with financial, material and technical resources for alternative crop production.

ANNEX IV

COMPOSITION OF THE INTERIM ADMINISTRATION

Chairman: Hamid Karzai

Vice Chairmen:

Vice-Chair & Women's Affairs: Dr. Sima Samar

Vice-Chair & Defence: Muhammad Qassem Fahim

Vice-Chair & Planning: Haji Muhammad Mohaqqueq

Vice-Chair & Water and Electricity: Shaker Kargar

Vice-Chair & Finance: Hedayat Amin Arsala

Members:

Department of Foreign Affairs: Dr. Abdullah Abdullah

Department of the Interior: Muhammad Yunus Qanooni

Department of Commerce: Seyyed Mustafa Kazemi

Department of Mines & Industries: Muhammad Alem Razm

Department of Small Industries: Aref Noorzai

Department of Information & Culture: Dr. Raheen Makhdoom

Department of Communication: Ing. Abdul Rahim

Department of Labour & Social Affairs: Mir Wais Sadeq

Department of Hajj & Auqaf: Mohammad Hanif Hanif Balkhi

Department of Martyrs & Disabled: Abdullah Wardak

Department of Education: Abdul Rassoul Amin

Department of Higher Education: Dr. Sharif Faez

Department of Public Health: Dr. Suhaila Seddiqi

Department of Public Works: Abdul Khaliq Fazal

Department of Rural Development: Abdul Malik Anwar

Department of Urban Development: Haji Abdul Qadir

Department of Reconstruction: Amin Farhang

Department of Transport: Sultan Hamid Sultan

Department for the Return of Refugees: Enayatullah Nazeri

Department of Agriculture: Seyyed Hussein Anwari

Department of Irrigation: Haji Mangal Hussein

Department of Justice: Abdul Rahim Karimi

Department of Air Transport & Tourism: Abdul Rahman

Fonte: NATO, 2001

Anexo D - Galil 5.56 mm



Fonte: Israelli, 2011



Fonte: EPI, 2010

Anexo E - Viaturas HMMWV e PANHARD

Viatura Blindada Panhard M11



Fonte: Exército, 2011

Viatura Blindada HMMWV



Fonte: Exército, 2011

ANEXO F - Imagem de viatura de Transportes Gerais



Fonte: Exército, 2011

ANEXO G - Equipa Sniper

Nas unidades de infantaria ligeira, a equipa Sniper é composta por seis pessoas e três equipas de dois homens. O Comandante designa as missões e os alvos prioritários, podendo ceder as equipas em controlo operacional a um pelotão. Em unidades especializadas, como as Operações Especiais, as equipas podem ter organizações distintas, dependendo da missão atribuída.

- a) As equipas Sniper devem ser controladas pelo seu Comandante directo, pois este é responsável pelo comando e controlo da unidade Sniper como um todo.

Deveres do Comandante de Pelotão Sniper:

1. Ajudar na tomada de decisão, sobre o emprego da equipa Sniper, junto do Estado-Maior.
 2. Emitir Ordens de Operações ao líder da equipa.
 3. Atribuir missões individuais aos membros da equipa.
 4. Coordenar a ligação entre o Atirador e o Comandante de Unidade.
 5. Fazer o Briefing e o debriefing ao Comandante de Unidade e líderes das equipas.
 6. Treinar as suas equipas.
- b) O Sniper trabalha em parilha e o dever primário do atirador é ser o líder da equipa, enquanto o outro elemento é o observador. O líder da equipa Sniper é responsável pelas actividades do dia-a-dia da equipa, e em situação táctica assume todas as tarefas relacionadas com o material e equipamento.
- c) O sistema de armas Sniper é constituído por uma espingarda ou carabina Sniper (*Barette ou accuracy*) para o atirador, e uma SIG 543 (no caso português). O observador poderá ter acoplado à arma um lança granadas para conferir fogo de supressão. A equipa deve estar munida de dispositivos de observação nocturna.

Fonte: NATO, 2005

ANEXO H - Rádio Thompson



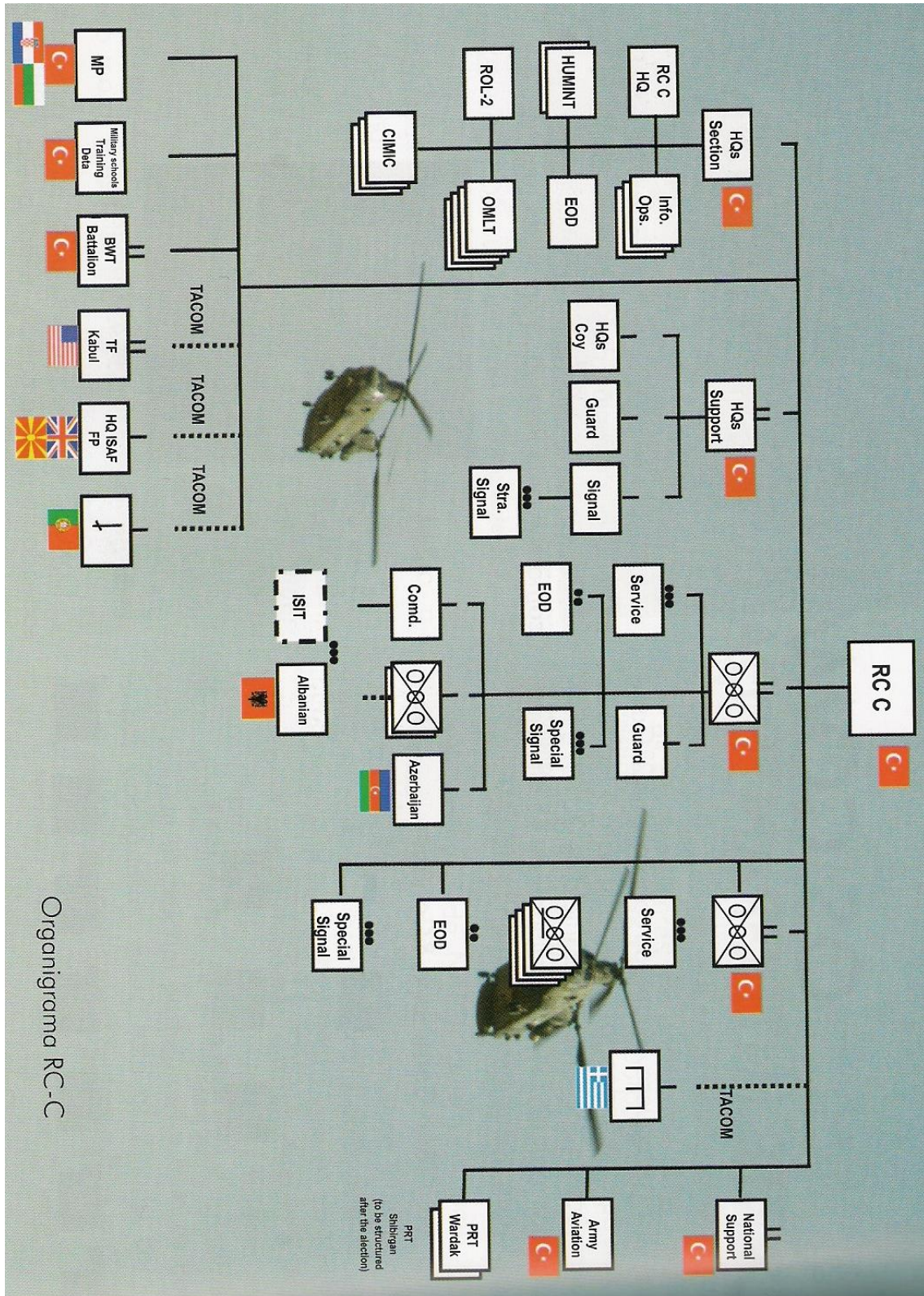
Fonte: Media, 2011

Versão ManPack



Fonte: Media, 2011

ANEXO I- Organigrama RCC-C



Organigrama RC-C

Fonte: BrigRR, 2010